

Para ministro, governo perde por 40 votos

Fiadora da Reforma da Previdência de Temer dá show de baixarias

Acusada de associação ao tráfico, constrangeu funcionárias a pedir voto perguntando ao marido: “Vai querer pagar minhas calcinhas?”

Se depender do governo, a filha de Roberto Jefferson pode cometer um latrocínio em público, e nem assim haverá motivo para retirar a sua nomeação ao Ministério do Trabalho. Essa é a “reforma da Previdência” de Temer, que

depende da nomeação de bandidos, do apoio de bandidos - e que só atrai bandidos (embora, não todos, porque, além de bandido, é preciso ser burro para votar no próprio suicídio eleitoral). Tanto assim que, segundo Marun, ministro de Governo de Temer, “faltam 40

votos” para aprovar o ataque à Previdência - o quer quer dizer, em se tratando de Marun, que devem faltar, na verdade, uns 80 votos, no mínimo. “Temos dois problemas: a falta de voto e a falta de tempo”, disse o relator do achaque, Arthur Maia (PPS-BA). **Página 3**



Reprodução

Para cortar “privilégios” dos que ganham um salário mínimo, Temer aposta tudo na quase ministra Cristiane Brasil, condenada em dois processos por manter motoristas com jornada de 15 horas e sem carteira assinada, que se defendeu em vídeo gravado ao som de funk em um iate cercada por “amigos”. A situação dela só tem piorado.

HORA DO POVO

ANO XXVIII - Nº 3.606 7 e 8 de Fevereiro de 2018

Divulgação

Nas bancas toda quarta e sexta-feira



Itaú lucra 24 bi e Bradesco 19 bi em 2017. O que falta para todos, sobra para bancos

Os lucros do Itaú de R\$ 24,9 bilhões e do Bradesco de R\$ 19,0 bilhões em 2017 representaram respectivamente 12,3% e 11,1% de aumento em relação a 2016. E confirmam que os bancos estão entre as poucas empresas lucrativas em meio à estagnação que a economia do país atravessa. **Página 2**

Ação contra Jucá prescreve no STF sem julgamento depois de 14 anos

O inquérito contra o senador Romero Jucá (PMDB/RR) por crimes de peculato (desvio de dinheiro público) foi arquivado pelo STF. Por conta da demora na análise a denúncia prescreveu. **P 3**



Divulgação

O governo anunciou na sexta-feira um contingenciamento de R\$ 16,2 bilhões no Orçamento deste ano. Ou seja, esse valor não poderá ser alocado para gastos públicos. Não poderá ser usado para o combate à febre amarela, para investir em segurança pública, para a ciência e tecnologia, para a habitação popular, etc. Mas, os mais de R\$ 30 bilhões

mensais, em média, desviados do Orçamento para pagamento dos juros aos bancos estão garantidos. A desculpa do governo para passar o facão nas verbas públicas, segundo o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, é evitar atingir o limite de gastos imposto ao país pela PEC 55, que congelou os investimentos sociais por vinte anos. **Página 2**

PT compara bilhões que Lula roubou da Petrobrás a auxílio-moradia de juiz

Segundo a ética lulista, juiz que recebe auxílio-moradia não tem moral para condenar políticos e empresários que se associam para roubar bilhões do Estado brasileiro.

Este é o lema da nova cam-

panha do PT na internet. O vale-tudo para difamar o Judiciário, visando intimidá-lo e forçá-lo a recuar da condenação do ex-presidente, produziu outra manifestação de obscurantismo. **Pág. 3**

João Santana e Mônica confirmam que receberam pelo caixa 2 de Lula

O ex-marqueteiro João Santana e a mulher e sócia, Mônica Moura, que conduziram as campanhas eleitorais do PT, prestaram depoimento como testemunhas de acusação no

processo sobre o sítio de Atibaia. Mônica Moura disse que recebeu os valores de caixa 2 da Odebrecht em 2006, para a reeleição de Lula, e em 2010, para a eleição de Dilma. **Página 3**

Carnaval de rua com força total!

Centenas de milhares de pessoas começaram a esquentar o carnaval no fim de semana em todo o país.

Blocos como o Suvaco do Cristo e Chora Me Liga (foto), no Rio, e Bicho Maluco Beleza, em SP. **Pág. 4**

Peruanos pedem indulto anulado e prisão de Fujimori



Parente especula com gasolina e preço sobe três vezes em 4 dias

O preposto de Temer na presidência da Petrobrás, Pedro Parente, elevou pela terceira vez em apenas quatro dias o preço da gasolina. O aumento nas refinarias para as distribuidoras foi de 0,5% para a gasolina e de 0,6% para o diesel e começou a valer na terça-feira (6). No sábado (3), a alta foi de 0,6% e na sexta-feira (2), de 0,8%.

Como se estivesse muito preocupado com o desempenho da maior estatal do povo brasileiro, Parente decidiu especular com a gasolina, submetendo os consumidores, empresários brasileiros e o país ao preço ditado pelo cartel do petróleo. “A Petrobrás não tem poder de formar preços. Trata-se de uma commodity internacional, que tem uma formação de preço pelo mercado. Não podemos correr o risco de impor distorções ao balanço da Petrobrás, praticando preços que são diferentes na realidade internacional”, declarou Parente, na segunda-feira (2), ao sair do Ministério de Minas e Energia.

“Decorrido pouco mais de um ano desta política, insensata e impatriótica, o que vemos é a maciça importação de diesel e gasolina, combinada com o absurdo, ainda maior, de uma ociosidade de mais de 25% no parque de refino nacional. Além disso as exportações de óleo cru dispararam, deixando o país de se beneficiar com o valor agregado proporcionado pelo refino. No período de janeiro a novembro de 2017, as importações de gasolina e as de diesel explodiram, chegando ao absurdo de mais de 200 milhões de barris, nível jamais alcançado, nem mesmo quando nossa economia apresentava bom desempenho”, afirma Ricardo Maranhão, conselheiro da Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobrás) no artigo A Petrobrás não é padaria, reproduzido no site da Hora do Povo.

O litro da gasolina foi vendido por R\$ 4,221, na média de 5.756 postos consultados entre 28 de janeiro e 3 de fevereiro. Em alguns postos, o preço chegou a R\$ 5,150, de acordo com a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

Lindbergh é hostilizado ao desembarcar no Rio

O líder do PT no Senado, Lindbergh Farias (RJ), foi duramente hostilizado enquanto desembarcava de um avião no Rio de Janeiro. O caso ocorreu na noite de 25 de janeiro, de acordo com o site Poder360, que obteve as imagens.

Lindbergh foi chamado de “ladrão” e “safado” por passageiros ao desembarcar do avião. “Aê, Lindbergh! Papuda tá chegando, hein!”, disse o homem que grava o político tentando entrar no cor-

redor para sair da aeronave. É possível ouvir pelo menos outros dois homens falando com ele. “Pre-gando a desobediência civil e tá aí agora. Ladrão! Safado! Vai para a cadeia também”, diz o primeiro passageiro.

Naquele dia, o senador havia pregado a “desobediência civil” contra a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que condenou o ex-presidente Lula em segunda instância no caso do triplex do Guarujá.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

HP

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@vahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 - Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Governo bloqueia R\$ 16,2 bi para transferir aos bancos



Para Henrique Meirelles, Bank Boston e JBS, o arrocho foi pouco

Com economia no fundo do poço, Itaú e Bradesco lucram R\$ 44 bilhões em 2017

Os lucros do Itaú de R\$ 24,9 bilhões e do Bradesco de R\$ 19,0 bilhões em 2017, divulgados este mês, representaram respectivamente 12,3% e 11,1% de aumento nos resultados em relação a 2016. E confirmam que os bancos estão entre as poucas empresas lucrativas em meio à estagnação que a economia do país atravessa.

Realça ainda que são margens de lucro altas, visto que são valores líquidos, depois das despesas com provisões, inclusive de impostos. Ainda mais “espetaculares” quando observados do ponto de vista da rentabilidade sobre o capital. O Itaú obteve uma estupenda rentabilidade de 20% no ano e o Bradesco, que também não deixou a desejar, obteve 18,2% em 2017.

Outra característica perversa desses resultados é que a maior parte desses lucros vem dos títulos do governo federal, que paga as taxas de juros reais estratosféricas, durante anos seguidos, taxa de juros entre as três mais altas do planeta. Os bancos sugam os carrapatos de dinheiro que falta para a saúde, educação, segurança (vide no Rio de Janeiro), entre outras necessidades básicas, para as quais pagamos nossos impostos.

Os baixos índices de inadimplência e a rever-

são das provisões para “devedores duvidosos” são apontados com principais fatores dos resultados do Itaú em 2017. São também resultantes da drenagem feita contra o Tesouro Nacional, que permitiram ao Itaú, e em geral ao sistema financeiro, serem super seletivos na cessão de crédito, afinal o dinheiro que dispõem são aplicados no Tesouro, sem risco, com um mínimo de trabalho.

Em 2017, o Itaú teve ainda um super ganho para comemorar. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), criado na gestão Lula, atendeu ao recurso do banco e isentou-o do pagamento

do Imposto de Renda e da Contribuição Social do Lucro Líquido, no montante de mais de R\$ 20,0 bilhões, incorrido com o aumento de capital quando da fusão com o Unibanco em 2008. O relator do processo, o ex-conselheiro João Carlos de Figueiredo Neto, esteve preso acusado de receber propina para conceder decisão favorável ao banco.

Não tem crise para os bancos, pelo contrário, eles são os beneficiários da crise e despidoradamente aparelham o Estado, mais decididamente o Banco Central, cujo presidente Ilan Goldfajn foi até pouco tempo membro da direção do Itaú.

J. AMARO



Reprodução

Ano passado, bloqueio do Orçamento foi de R\$ 42 bilhões. Bancos receberam R\$ 402 bilhões

O governo federal anunciou na sexta-feira (2) um contingenciamento de R\$ 16,2 bilhões no Orçamento deste ano. Ou seja, esse valor não poderá ser alocado para gastos públicos. Não poderá ser usado para o combate à febre amarela, para investir em segurança pública, para a ciência e tecnologia, para a habitação popular, etc. Mas, os mais de R\$ 30 bilhões mensais, em média, desviados do orçamento para pagamento dos juros aos bancos estão garantidos.

A desculpa do governo para passar o facão nas verbas públicas, segundo o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, é evitar atingir o limite de gastos imposto ao país pela PEC 55, que congelou os investimentos sociais por vinte anos. No ano passado, já haviam sido bloqueados R\$ 42,1 bilhões do orçamento. Naquele mesmo ano o setor público pagou só de juros R\$ 402 bilhões. Quatro vezes o orçamento destinado à Saúde.

Os cortes do ano passado atingiram setores vitais da sociedade, agravando ainda mais a crise social que atinge de forma dramática a população brasileira. A previsão inicial de gastos na Saúde, por exemplo, era de R\$ 120 bilhões, mas só foram liberados R\$ 103 bilhões. Um corte de R\$ 17 bilhões. Depois não sabem por que a febre amarela voltou, por que a sífilis e a tuberculose recrudesceram. Por que os hospitais não têm remédios e estão sempre lotados. Na Educação, onde o abandono das escolas campeia e o caos tomou conta das Universidades Federais, a previsão orçamentária era de R\$ 115 bilhões. Foram gastos apenas R\$ 102 bilhões. R\$ 13 bilhões a menos.

Até na segurança pública, que vive um desmantelamento geral, com rebeliões pipocando em vários estados, com agravamento da violência, sucateamento das polícias, da previsão inicial de R\$ 11,5 bilhões que seriam investidos pela União na área, os cortes fizeram com que fossem gastos apenas R\$ 9,1 bilhões. Foram retirados R\$ 2 bilhões da segurança da população para entupir o bolso dos banqueiros. Nos transportes, cada vez piores e mais caros, inicialmente a previsão orçamentária era de R\$ 21,4 bilhões. Já de cara foi cortado para R\$ 18,6 bilhões. Desses, apenas R\$ 10,9 bilhões foram efetivamente liberados.

Ou seja, o governo vem promovendo um verdadeiro massacre sobre a população

brasileira enquanto os bancos recebem quantias bilionárias de recursos públicos. Não é à toa que os balanços dos bancos, que começam a ser divulgados, revelam lucros estratosféricos. O lucro do Santander cresceu 44,5% em 2017 e atingiu R\$ 8 bilhões. O lucro do Bradesco foi de R\$ 14,65 bilhões em 2017. E, pasmem, enquanto o país amarga uma de suas piores crises, o Itaú lucrou R\$ 24 bilhões no ano passado (veja matéria nesta edição).

Outro pretexto para os cortes seria a incerteza da entrada de recursos que o governo espera obter com a criminosa entrega da Eletrobrás a alguma empresa estrangeira. Este crime seria de mão dupla. Primeiro, privatizar a Eletrobrás, uma empresa estratégica ao desenvolvimento nacional. Sem energia não há indústria, sem indústria não há desenvolvimento. Entregar este patrimônio para obter uns trocados e garantir os compromissos financeiros do governo é um caso de polícia. Como diz o professor Ildo Sauer, professor da USP, “todas essas negociatas vão ter que ser revistas num próximo governo”.

Já não basta o que Fernando Henrique e a Sra. Dilma Rousseff fizeram contra a estatal de eletricidade. O primeiro sabotando o sistema com a Medida Provisória 579 - que obrigou a estatal a vender energia abaixo do preço para os especuladores nacionais e estrangeiros -, agora este governo quer entregar tudo ao capital estrangeiro. O que se trata é de fortalecer a Eletrobrás e não o contrário. Vender a estatal de energia a preço de banana para “garantir” um déficit primário é um absurdo.

O objetivo do governo para as contas públicas neste ano é de déficit primário de até R\$ 159 bilhões, de acordo com a política de cortar os gastos públicos não financeiros - saúde, educação, defesa etc. -, mas garantindo os gastos com juros.

Não é outro motivo o chamado contingenciamento - bloqueio - de recursos públicos a não ser precarizar os serviços públicos. Com os cortes do ano passado, o que houve foi um resultado desastroso para a sociedade: fiscalização de trabalho escravo foi reduzida, atendimento à saúde piorou, universidades ficaram à beira da falência, construção de creches minguaram e os demais serviços à população foram afetados.

Nos governos Dilma/Temer, 2.718 empresas foram desnacionalizadas

O relatório de fusões e aquisições da KPMG registra que no ano passado 272 empresas nacionais passaram para as mãos de capital estrangeiro, descrita pela consultoria como “cross border 1” (cb1), “Empresa de capital majoritário estrangeiro adquirindo, de brasileiros, capital de empresa estabelecida no Brasil”.

Do total, 22 empresas de internet foram desnacionalizadas, seguidas de empresas de petróleo e gás (7), instituições financeiras (6) e companhias energéticas (5). A feira livre da desnacionalização atingiu até o setor de embalagens.

Segundo os números da KPMG, desde 2004, início da pesquisa, a evolução da desnacionalização se deu da seguinte forma:

De 2004 a 2010, no governo Lula, foram 792 as empresas adquiridas pelo

capital estrangeiro. No governo Dilma/Temer:

- 2011: 208 empresas;
- 2012: 296 empresas;
- 2013: 289 empresas;
- 2014: 292 empresas;
- 2015: 296 empresas;
- 2016: 273 empresas;
- 2017: 272 empresas.

Na soma dos governos PT/PMDB - e aliados - foram **2.718 empresas** públicas e privadas que foram desnacionalizadas.

Os números traduzem a ocupação para economia nacional por estrangeiros, com aumento cada vez maior de envio de remessa de lucro pra o exterior, que implica em sangria de recursos da educação, saúde, transporte, segurança etc. Tudo isso, com a colaboração de Lula/Meirelles, Dilma/Temer e a mídia colonizada.

CNI: faturamento, emprego e renda na indústria encerram ano em queda

A pesquisa Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de dezembro mostra que a atividade industrial segue no fundo do poço. O setor encerrou o ano de 2017 com queda da maioria das variáveis da indústria, na comparação com 2016.

Segundo a CNI, o faturamento recuou -0,2%; as horas trabalhadas caíram -2,2% e o emprego industrial reduziu -2,7%.

O rendimento médio real (tudo que se recebeu no mês) e a massa salarial (a soma de todos os salários pagos aos trabalha-

dores no ano) pioraram no segundo semestre de 2017 em relação ao primeiro, em que pese toda a propaganda do governo Temer e de parte da mídia de que a renda salarial cresceu.

RENDA

A massa salarial recuou 0,6% em dezembro em relação a novembro, após os ajustes sazonais (quando são descontadas algumas características do mês, como o período do Natal). É a segunda queda consecutiva do índice. No segundo semestre a situação dos trabalhadores se agravou, foram registradas quatro quedas mensais ante duas

no semestre anterior. No ano, a massa salarial recuou -1,9%.

Sobre o rendimento médio real, a situação também piorou com queda de -0,4% em dezembro em relação a novembro, a segunda queda consecutiva do índice. Como no caso da massa salarial, o rendimento médio registrou desempenho mais negativo no segundo semestre de 2017 do que no primeiro. O resultado de dezembro de 2017 é praticamente idêntico ao registrado em dezembro de 2016, quando variou 0,1%, ou seja, ZERO.

PT compara bilhões que Lula roubou da Petrobrás a auxílio-moradia de juiz

Segundo a ética lulista, juiz que recebe auxílio-moradia não tem moral para condenar políticos e empresários que se associam para roubar bilhões do Estado brasileiro.

Este é o lema da nova campanha do PT na internet. O vale-tudo para difamar o Judiciário, visando intimidá-lo e forçá-lo a recuar da condenação do ex-presidente, produziu outra manifestação de obscurantismo.

Lula foi condenado na primeira e na segunda instância porque estavam muito bem fundamentadas as provas de que o triplex era parte da propina paga por vantagens indevidas que ele concedia à OAS em contratos da Petrobrás.

Não vamos falar de valores. São por demais assimétricos e não precisamos perder tempo explicando isso. Vamos direto ao ponto: Lula cometeu crime? Sim. Que crime cometem os magistrados que recebem auxílio-moradia? Nenhum.

O artigo 65 da Lei da Magistratura, de 1979, e seu parágrafo II dizem o seguinte: Art. 65 – Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

II – ajuda de custo, para moradia, nas localidades em que não houver residência oficial à disposição do Magistrado.

A lei diz que o auxílio-moradia só será vedado ao magistrado se na localidade em que atua houver residência oficial à disposição. A lei fala em residência oficial e não em residência particular, residência própria. A lei não diz que juiz que possui imóvel residencial na localidade não pode receber auxílio-moradia. A lei diz que pode. Só não pode se houver residência oficial à disposição dele.

A lei pode ser mudada, atualizada, melhorada? Pode. Quase 40 anos depois de sua promulgação, não parece razoável continuar a pagar auxílio-moradia ao juiz que possui imóvel residencial na localidade em que atua.

Mas não é isso que os cacarejos petistas procuram obter. O que eles pretendem é que Lula permaneça impune. O PT diz que só aceita o “julgamento das urnas”.

É um engano. As urnas julgam a política. Quem julga os crimes e manda prender é a Justiça.

E que ninguém se impressione. Vindo do PT, o papo de resistência é puro blefe.

S.R.

Ação contra Jucá prescreve no STF

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu na segunda-feira (5) arquivar um inquérito contra o senador Romero Jucá (PMDB/RR) por crimes de peculato (desvio de dinheiro público). A investigação tramitava há quase 14 anos na Corte e por conta da demora na análise a denúncia prescreveu. O pedido de investigação chegou ao Supremo em 15 de abril de 2004. Jucá foi acusado de receber dinheiro ilícito em obras na cidade de Cantá (RR) entre 1999 e 2001. A época, o senador era filiado ao PSDB. O crime de peculato tem pena máxima de 12 anos e a prescrição ocorre 16 anos após o fato suspeito.

Para o procurador da Lava Jato, Carlos Fernando dos Santos Lima, “o foro privilegiado é fonte de impunidade em nosso país”. “Ele deve acabar o mais rápido possível”, afirmou. Por 5 anos, o ministro do STF, Gilmar Mendes, engavetou o inquérito de Jucá, informa Bernardo de Mello Franco, do Globo.

A apuração contra Jucá foi aberta a partir de uma gravação, apresentada em 2002 por agricultores de um assentamento rural, na qual o então prefeito de Cantá dizia que recebia junto com Jucá 10% dos valores destinados a obras na cidade. As verbas eram oriundas do Ministério

da Saúde, para construção de poços artesanais. Presidente do PMDB e líder de Michel Temer no Senado, Romero Jucá é alvo de outros doze inquéritos no STF, a maioria aberta a partir de investigações da Operação Lava Jato – incluindo a colaboração premiada da Odebrecht. Jucá também serviu aos governos Lula e Dilma.

AECIO

Em decisão na última sexta (2), o ministro Marco Aurélio aceitou pedido da defesa do senador Aécio Neves (PSDB/MG), que solicitou mais prazo para apresentar sua resposta em inquérito que o investiga pelos crimes de corrupção passiva e obstrução da Justiça. O pedido de ampliação de prazo de Aécio é claramente protelatório, para ganhar tempo.

Instaurada em maio de 2017, a apuração é baseada na colaboração da JBS. Aécio foi gravado pedindo propina de R\$ 2 milhões para Joesley Batista, um dos donos da JBS.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a suspensão do mandato de Aécio e o seu recolhimento noturno pro obstrução à Justiça. Mas o plenário do Supremo decidiu por 6 a 5 que era necessário o aval do Congresso para executar medidas contra parlamentares. Assim Aécio se livrou com o Senado votando contra a decisão da Primeira Turma.

“Sou contra rever sentença da prisão após condenação em segunda instância”, diz Marina

A ex-senadora Marina Silva, pré-candidata à presidência da República pela Rede Sustentabilidade, afirmou que a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em segunda instância, que o deixa inelegível pela Lei da Ficha Limpa, tornará as eleições desse ano “bem atípicas”.

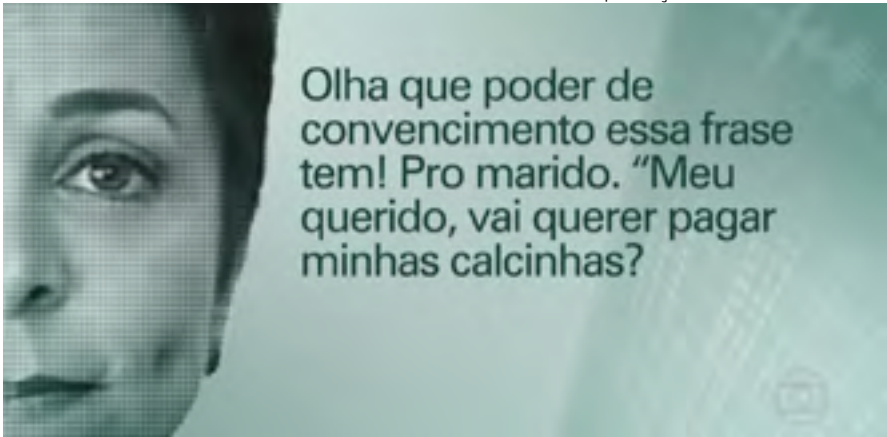
Mas ela salientou: “Eu defendo o cumprimento da lei”. “Não se

pode ter uma atitude de rebeldia com a decisão da Justiça”, disse Marina, em entrevista ao Canal Livre deste domingo (4), na TV Bandeirantes.

Ela disse também que não concorda com a revisão da decisão do STF sobre prisão para condenação em segunda instância. “Sou contra a revisão dessa sentença, deve ser mantida”.

‘Ministra’ de Temer: associação com tráfico e extorsão eleitoral

Reprodução/Fantástico/TV Globo



Uma das falas de Cristiane pressionando servidores para sua campanha Temer ligou 4 vezes para cúmplice 6 dias antes da Operação que investiga propina

A Polícia Federal encontrou 12 ligações telefônicas entre Michel Temer e o coronel da PM aposentado João Baptista Lima Filho, entre abril de 2016 e maio de 2017, semanas antes da deflagração da Operação Patmos. Somente no mês de maio, 6 dias antes da deflagração da operação, houve 4 conversas telefônicas entre Temer e seu amigo de mais de 30 anos. Do total, 9 ligações foram chamadas de Temer para João Baptista Lima Filho.

A Operação Patmos foi originada a partir da colaboração premiada dos executivos da JBS, principalmente Ricardo Saud, revelando que Temer recebeu propina do grupo através do deputado e assessor, Rodrigo Rocha Loures, conhecido como o homem da mala, flagrado saindo de uma pizzeria com uma mala correndo pela rua. A ação foi monitorada pela Polícia Federal que gra-

vou tudo. Saud também revelou que o coronel recebeu em sua agência, a Argeplan, R\$ 1 milhão para Temer na campanha presidencial de 2014.

Temer foi denunciado por corrupção passiva, organização criminosa e obstrução da Justiça pelo Ministério Público Federal (MPF). “Os dados analisados demonstram João Batista Lima Filho como sendo um homem com acesso direto ao presidente Temer, a pessoas importantes ligadas ao governo, bem como a investigados pela Operação Lava Jato”, diz o relatório da PF encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF). Além de Temer, constam ligações de Moreira Franco, ministro da da Secretaria-Geral da Presidência, e do ex-assessor do presidente, Jose Yunes.

RODRIMAR

O coronel também é investigado no âmbito

das operações que tratam de crimes e favorecimentos a empresas no porto de Santos. Intimidado diversas vezes para depor, ele alegou motivos de saúde para não comparecer aos interrogatórios. A suspeita do Ministério Público Federal é que executivos da Rodrimar, que atua no ramo portuário, pagaram propina para que a empresa fosse beneficiada com a edição de um decreto assinado pelo presidente Michel Temer em 2017 em que prorrogava a concessão da empresa. O coronel é apontado como um dos intermediários da propina paga no caso do decreto de portos. Lima foi intimado no final do ano passado para depor, mas informou à PF que não compareceria porque o estado de saúde dele estava “bastante delicado”. Uma nova intimação para depoimento foi expedida contra o coronel no dia 30 de janeiro.

Mônica e João Santana confirmam que recursos ilícitos irrigaram as campanhas de Lula e Dilma

O ex-marqueteiro João Santana e a mulher e sócia, Mônica Moura, que foram contratados pelo PT para conduzirem suas campanhas eleitorais prestaram depoimento ao juiz Sérgio Moro como testemunhas de acusação no processo sobre o sítio de Atibaia, na segunda-feira (5). O casal fechou acordo de colaboração premiada em abril de 2017 e está sendo monitorado por uma tornozeleira eletrônica.

O Ministério Público Federal (MPF) afirma que o sítio permaneceu em nome de laranjas mas, que, na verdade, pertencia ao ex-presidente Lula e, juntamente com as obras realizadas em seu interior, são propinas pagas ao ex-presidente por parte das empreiteiras Odebrecht e OAS, em troca de contratos na Petrobrás.

Além do casal, o ex-gerente da área Internacional da Petrobrás,

Eduardo Musa, também prestou depoimento. Tanto Mônica quanto João Santana confirmaram que houve pagamentos não contabilizados (caixa dois), feitos pela Odebrecht, nas campanhas de reeleição de Lula em 2006 e de Dilma em 2010. Os repasses eram feitos de duas maneiras: em dinheiro vivo e em depósitos no exterior, segundo Mônica. Ela disse que cobrou da campanha R\$ 18 milhões e que mais ou menos R\$ 8 milhões foram pagos em doações oficiais e R\$ 10 milhões na forma de caixa dois. Segundo João Santana, esses valores eram aproximadamente de 20% a 30% do valor oficial da campanha.

Mônica Moura disse que recebeu os valores de caixa dois da Odebrecht em 2006, para a reeleição de Lula, e em 2010, para a eleição de Dilma. Segundo a depoente, as negociações eram fei-

tas com Antônio Palocci e com João Vaccari Neto. Ela informou que só teve “contato social” com Lula e que nunca falou de dinheiro com o ex-presidente ou esteve presente “nas reuniões de cúpula, de decisões políticas e estratégicas”. Ela contou também que ela e João fizeram o marketing político em campanha para a presidência de El Salvador, porque “o PT tinha interesse, não só em El Salvador como em vários países da América Latina”. “A campanha”, diz ela, “foi financiada pelo partido salvadorenho (doações legais) e pela Odebrecht (caixa dois), por intermédio de Palocci”. Mônica disse que todas as campanhas em que trabalhou teve caixa dois. Eduardo Musa disse que não conhece o sítio e que não sabe de nada sobre o assunto.

Ler mais no site www.horadopovo.org.br

João Vicente denuncia os conglomerados financeiros

O ex-deputado João Vicente Goulart, filho do ex-presidente da República, o saudoso Jango, deposto pela ditadura, lançou na quarta-feira (31) sua pré-candidatura a presidente em São Borja, terra natal de seu pai e de Getúlio Vargas, e logo depois, visitou Santa Maria (RS), na quinta-feira (1).

Segundo relato do jornalista Maiquel Rosau-ro, João Vicente recebeu o carinho da população ao caminhar pelas ruas da cidade. “João Vicente atravessou o Viaduto Evandro Behr e se aproximou dos militantes do PPL que empunhavam grandes bandeiras nas cores verde e amarelo. Bastou algumas pessoas em volta comentarem que aquele era o filho de João Goulart, o ex-presidente Jango, desposto pela Ditadura Militar, para que diversos santa-marienses parassem para cumprimentá-lo e, claro, fizessem o registro fotográfico em seus smartphones”, rela-

tou o jornalista. “O pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL) deu atenção a todos que se aproximaram, passeou no Calçadão com o ex-candidato a prefeito Werner Rempel (PPL), tomou café na Boca Maldita e ainda participou de um ato do partido no Viaduto Evandro Behr”, descreveu Rosau-ro. “Goulart deixou uma boa impressão em Santa Maria”, avaliou o jornalista.

Para João Vicente, que irá apresentar sua pré-candidatura à Presidência da República por todo o país, “esses direitos que estão sendo perdidos atualmente foram conquistados na época de Getúlio, com a CLT, por Jango, quando ele implantou o décimo terceiro. Essas conquistas, que não são do PT, do PSB, do PCdoB, são nossas, do trabalhismo. E nós temos que lutar por elas. E o PPL está disposto a isso”, afirmou João Vicente.

“Temos uma trajetória

histórica, um longo exílio nas costas e a memória do povo brasileiro sobre o que ocorreu em 1964. Foi um retrocesso, queríamos construir uma nação brasileira, mas o projeto foi inviabilizado naquele momento. O golpe em si não foi contra o presidente, mas contra um projeto de nação que estava em construção naquele momento, com reformas que modificaríamos a estrutura do país”, afirmou João Vicente, citando, entre as reformas, a Agrária, a Tributária e a Bancária.

“Até hoje, os grandes conglomerados financeiros mantêm o crédito em mãos. Há 20 anos tínhamos uns 30 bancos, hoje quatro conglomerados privados detêm 75% dos ativos da nação. Dizem que é o mercado livre, porém é um monopólio com dinheiro da poupança pública e só distribuem para as subsidiárias que lhes interessam”, declarou João Vicente.

Ler mais no site www.horadopovo.org.br

Política/Economia □ 3

Sem falar no calote trabalhista. Desesperado por votos para a “reforma” da Previdência, Temer declara que não desiste de nomear Cristiane Brasil ministra do Trabalho

O ministro da Secretaria do Governo de Temer, Carlos Marun, declarou na segunda-feira que a gravação em que a deputada Cristiane Brasil, nomeada para o Ministério do Trabalho por Temer, coage funcionários a trabalharem para a sua eleição, não é motivo para que o governo desista dela no cargo.

Também não é motivo para o governo retirar a nomeação o vínculo da deputada com os traficantes de Cavalcanti, bairro do Rio, evidenciado em inquérito da Polícia Civil, agora enviado à Procuradoria Geral da República (a deputada, por ser deputada, tem “foro privilegiado”).

Ou seu comportamento, registrado em vídeo dela própria, a bordo de uma lancha, com quatro marmanjos esquisitos, quando se preparava para as penosas tarefas do Ministério do Trabalho.

VOTOS

Em suma, para garantir os votos que Roberto Jefferson, pai da “ministra”, controla no PTB (ou, supostamente, controlaria), a ilustre deputada pode cometer um latrocínio, ou até assassinar um cachorro na rua (hoje os caninos estão mais prestigiados que os humanos), que nem assim o governo desistirá de sua nomeação para o Ministério do Trabalho.

Mesmo assim, diz Marun, “estão faltando 40 votos” para aprovar o ataque à Previdência - o que, considerando a conhecida aderência à verdade de Marun, significa que devem faltar 80, 110 ou 150.

“Temos dois problemas: a falta de voto e a falta de tempo”, declarou o relator do aacheque, Arthur Maia (PPS-BA). E acrescentou: “São dois problemas graves”. Segundo ele, depois de fevereiro, não existe mais possibilidade de aprovação.

O que, aliás, é a mesma opinião do presidente da Câmara, Rodrigo Maia: “Se a gente ampliar prazo, não vota nada. Então o prazo é fevereiro e ponto final”.

Daí, Temer tem como grande esperança (Deus nos perdoe por usar essa esplêndida palavra para um sujeito tão sem esperança) o sr. Roberto Jefferson e sua filha.

No momento, eles têm mais poder no governo Temer do que qualquer um já teve em um governo - o que, aliás, não é grande porcaria, porque, na verdade, a filha de Jefferson, com esse poder todo, de fazer o que quiser e mesmo assim continuar “nomeada”, nem consegue entrar no governo, porque a sociedade, o país, o povo, existem.

Mas isso revela o caráter da coisa.

É o seguinte: a “reforma da Previdência” de Temer sempre foi coisa de bandidos, de escroques, de ladrões, de traficantes com o dinheiro do povo, e, por que não dizer, de canalhas. Agora, tornou-se coisa, também, de outro tipo de traficante. Como se sabe, os bandidos são os mais indicados para fazer coisas de bandidos. O que prova esse mandamento não muito brilhante, é que a “reforma da Previdência” de Temer somente une e somente atrai bandidos - e não todos, pois o sujeito, além de bandido, precisa ser burro para apoiar algo que é o seu próprio suicídio político.

No início da semana, de Temer e Meirelles até o boy que ocupa o Planejamento - e o outro boy, com nome de puxa-saco salazarista, que ocupa a Secretaria da Previdência - todos falaram em combater as injustiças, ou seja, acabar com o privilégio dos trabalhadores mais pobres se aposentarem com, ao menos, um salário mínimo (este é, literalmente, o “corte de privilégios” anunciado pelo texto “*Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*”, assinado pelo Banco Mundial e preparado pelas equipes dos governos Dilma e Temer, por encomenda do primeiro; v. pág. 70 deste suposto estudo: cf. [HP 23/11/2017](http://www.horadopovo.org.br)).

O “combate às injustiças e privilégios” dessa malta consiste em rebaixar as aposentadorias dos mais pobres e impedir os trabalhadores da ativa de se aposentar antes da véspera da morte - ou nunca.

Para que eles querem fazer isso?

Para roubar o dinheiro da Previdência - desviá-lo para os bancos e outros parasitas, com o agasalhamento de uma propina monstruosa. Ou, o que é outra forma do mesmo roubo, fazer com que o trabalhador gaste dinheiro com a previdência privada - isto é, com a previdência especulativa dos bancos.

Nesse governo, como no seu antecessor, tudo acaba (e começa) em roubo. É inútil discutir os projetos de governo dessas quadrilhas, pois o único que elas têm é roubar o dinheiro do povo.

Não é por acaso que os fiadores da “reforma” são, agora, Cristiane Brasil e seu inclito pai - cassado por falta de decoro, condenado a 7 anos e 14 dias de cadeia pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, por ter recebido R\$ 4 milhões do PT para apoiar Lula (diz Jefferson que o PT prometeu R\$ 20 milhões, mas só entregou a quinta parte).

Por isso, não importa o que a filha de Jefferson faça, o governo mantém sua nomeação, para um Ministério - o do Trabalho! - que está entregue às baratas há mais de um mês (aliás, pensando bem, o Ministério com as baratas está melhor do que se estivesse com os ratos - ou ratas).

COAÇÃO

No inquérito da Polícia Civil, está claro que traficantes, pagos pela deputada - na época, vereadora e secretária do então prefeito Eduardo Paes (MDB) -, impediram outros candidatos de fazer campanha e ameaçaram lideranças comunitárias (dizem as testemunhas que assessores da hoje deputada levaram “*presidentes das associações do bairro para conversar com o chefe do morro porque eles não queriam trabalhar para a vereadora (Cristiane)*”). A intenção dele [do assessor] era que o chefe fosse mandar dar uma surra nelas e obrigá-las a trabalhar para a vereadora, ou, em caso de recusa, até mesmo matá-las”.

Na gravação, divulgada no “Fantástico”, da Rede Globo, de uma reunião com os funcionários da Secretaria da qual era titular, na Prefeitura do Rio de Janeiro, diz a deputada:

“*Se cada um no âmbito familiar me trouxer 30 fidelizados, 'pô, tu é minha mãe, se tu não votar nela, eu perco o emprego'. Olha que poder de convencimento essa frase tem! Para o marido: 'meu querido, vai querer pagar minhas calcinhas? Então me ajude'. Eu só tenho um jeito de eu manter o emprego de vocês: me elegendo*”.

Nem vamos perguntar por que ela falou em “calcinhas” - e não, por exemplo, em batom, ou, mesmo, em saia. Endereçamos a questão à ex-deputada Manuela D’Ávila, que acha que a filha de Jefferson está sofrendo “ataques machistas”. Já os trabalhadores, o Ministério do Trabalho e o país...

MINISTRA

Mas, continuemos. A então vereadora Cristiane Brasil ocupava a Secretaria Especial do Envelhecimento Saudável e da Qualidade de Vida, do prefeito Eduardo Paes. Por isso, diz ela: “*Eu preciso de uma coisa que está na mão de vocês agora, que é a credibilidade junto ao idoso. É a amizade que eles têm com vocês. É o carinho que eles têm com vocês no dia a dia*”.

Candidata à deputada nas eleições de 2014, ela pede que os funcionários manipulem os idosos para que votem nela, e adverte:

“*Se eu perder a eleição de deputada federal, no dia seguinte, eu perco a Secretaria. No outro dia, vocês perdem o emprego. Só tem importância na política quem tem mandato. Só tem mandato quem tem voto. Só tem voto quem tem pessoas como vocês que estão na ponta ajudando a gente a pedir e propagar o voto. Do contrário, não funciona*”.

Resta saber qual será a próxima descoberta sobre a filha de Jefferson.

Não deve demorar muito, porque, pelo jeito, ela própria se descobre, sem precisar de auxílio.

Mas, seja lá o que for, Temer e Marun a manterão como ministra - o que, apenas, é uma forma de definir esse governo.

CARLOS LOPES

Governo que transferir dívida de distribuidoras para Eletrobrás

Objetivo é viabilizar a privatização das distribuidoras de energia elétrica do Norte e Nordeste do país

O governo Michel Temer (PMDB), para facilitar a privatização de seis distribuidoras de energia da Eletrobrás, vai propor manter na estatal uma série de dívidas das empresas subsidiárias, na próxima quinta-feira (8), durante a Assembleia Geral Extraordinária da companhia. A assembleia foi agendada para votar o modelo de privatização das distribuidoras de energia. O plano do governo é entregá-las para a iniciativa privada a qualquer custo, mesmo que ele seja não deixar para as multinacionais nenhum tipo de ônus do negócio, essa possibilidade será totalmente assumida pela Eletrobrás, que é a controladora das distribuidoras.

O planalto pretende assim reduzir ao máximo as chances de um fracasso nos leilões de privatização dessas subsidiárias da Eletrobrás, que estão previstos, na agenda do governo, para abril. Se o governo conseguir emplacar essa medida na votação, durante a próxima AGE, a Eletrobrás poderá assumir uma dívida de R\$ 11 bilhões.

A recomendação do conselho da Eletrobrás é de que esses eventuais débitos sejam mantidos nas distribuidoras, depois de concluída a privatização pretendida pelo governo federal. Mas, para facilitar ainda mais os negócios das multinacionais, Temer também irá contrariar a recomendação e votar para que esses débitos sejam transferidos para a estatal ao final do processo de entrega do patrimônio público a iniciativa privada. As empresa são oferecidas ao mercado na base do “quem quiser leva”. A proposta do governo Temer é que elas sejam entregues por até R\$ 50 mil cada. As distribuidoras da Eletrobrás atuam no Acre, Alagoas, Amazonas, Rondônia, Roraima e Piauí e estão fortemente endividadas pelo desmonte orquestrado pelo governo justamente para isso, privatizá-las sob o mote de que elas não dão lucro, como se essa entrega fosse positiva ao povo brasileiro.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro (Sintergia-RJ) entrou com uma ação civil pública na 8ª Vara do Distrito Federal para tentar impedir a realização da assembleia da Eletrobrás

e com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF), com o mesmo objetivo. Para o diretor do Sintergia-RJ Emanuel Mendes as distribuidoras devem permanecer com a Eletrobrás porque não é justo a empresa ter que aportar R\$ 11 bilhões para poder viabilizar a venda das seis companhias. “Vamos tomar outras medidas, não tem sentido algum você colocar R\$ 11 bilhões e depois vender a Eletrobras por R\$ 12 bilhões”, explicou. MP 814/2017

Na última sexta-feira (2), o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, derrubou a decisão da Justiça Federal de Pernambuco que barrava a MP 814/2017, que autorizava a privatização da Eletrobrás. No dia 11 de janeiro, o juiz da 6ª Vara Federal de Pernambuco, Cláudio Kitner, suspendeu parte de uma medida provisória do governo que inclui a Eletrobras e suas subsidiárias – como Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul e CGTEE – dentro do programa de desestatização. Na decisão, o magistrado argumentava que a medida não tinha urgência (um dos pré-requisitos para a edição de uma medida provisória), alterava de forma “substancial” a configuração do setor elétrico e foi editada “no apagar das luzes” do ano de 2017, sem uma “imprescindível” participação do Congresso.

A decisão do ministro Alexandre de Moraes atende a um pedido da Câmara, apresentado ao STF no último dia 15 de janeiro. A Advocacia Geral da União, que representa o governo na Justiça, fez o mesmo pedido. “O Supremo se apequena quando ele mantém medidas provisórias como esta, que tem um objetivo claro, manifesto de promover o assalto, com cúmplices. Isto é um processamento burocrático legalizado, quando a essência está clara, destruir condições futuras do país e tornar a sociedade refém do interesse financeiro sobre esse recurso natural que são as bacias hidrográficas, redes de transmissão e geração organizadas em torno de objetivos maiores”, condenou o professor Ildo Sauer, vice-diretor do Instituto de Energia da USP (IEE), (ver matéria completa na página 8).

Pixinguinha e dona Ivone Lara. Entre ensaios abertos e desfiles, milhares também estiveram presentes em blocos como o da Preta, que desfilou pelo centro e o Chora Me Liga, que atraiu uma multidão para o Aterro do Flamengo.

TRAGÉDIA Em São Paulo, o folião Lucas Antônio Lacerda da Silva, de 22 anos, morreu eletrocutado na Av. Consolação, acompanhava a passagem do Bloco Acadêmicos do Baixo Augusta, no domingo. No poste em que Lucas foi eletrocutado haviam sido instaladas duas câmeras de segurança da empresa GWA Systems. A empresa foi contratada pela Dream Factory, que venceu a concorrência da gestão João Doria (PSDB) para gerir o patrocínio de R\$ 20 milhões do Carnaval. As câmeras foram instaladas de forma irregular, pois não houve nenhuma autorização segundo a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego).



Em São Paulo, quatro milhões de foliões foram às ruas



Divida das distribuidoras de energia com a Aneel chega a R\$ 11 bilhões

Nota da Embraer confirma a participação do governo Temer em negociação com Boeing

Os executivos da Embraer, ao tentar negar as tratativas de venda da empresa para a multinacional norte-americana Boeing, acabaram por confirmar a existência da negociação. E mais, assumiram que o governo de Michel Temer também participa da mesa. Segundo a nota dos executivos as empresas estão “analisando possibilidades de viabilização de uma combinação de seus negócios”.

Na última sexta-feira (2), a Embraer negou que tenha fechado acordo de venda a Boeing, por meio de comunicado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A empresa informou seguir negociando em um grupo de trabalho com a norte-americana, mas “não há garantia de que a referida combinação de negócios venha a se concretizar”. “A Embraer e a Boeing têm mantido entendimentos, inclusive por meio do grupo de trabalho, do qual o Governo Brasileiro participa, com vistas a avaliar possibilidades para combinação de negócios. Destaca-se que a Embraer não aceitou e tampouco recebeu proposta da Boeing Co., uma vez que as partes envolvidas ainda estão analisando possibilidades de viabilização de uma combinação de seus negócios, que poderão incluir a criação de outras sociedades”. O comunicado dos executivos desmente a posição oficial do governo Temer, que se dizia contra a entrega da empresa para a multi. Recentemente a agência de notícias Reuters, citando fontes da Boeing, afirmou que foram oferecidos US\$ 6 bilhões pelo controle do grupo brasileiro. Os norte-americanos permitiriam ainda que a chamada gol-



Executivos dizem estar “analisando as possibilidades”

den share (ação especial, com direito a veto) permanecesse nas mãos da União, apenas na área de defesa. Esta medida, que está sendo tratada como se fosse uma grande garantia, não serve para muita coisa na prática. Se observarmos o caso da Vale, onde o governo detém o golden share, por exemplo, os grandes interesses econômicos, ou a “lógica de mercado”, sempre prevalece. Até mesmo o valor de US\$ 6 bilhões, oferecido pelo controle da Embraer, não é muito significativo. Para se ter uma ideia, em um único projeto, o do cargueiro KC-390, o governo brasileiro investiu US\$ 2 bilhões e ainda se comprometeu com a compra de 28 aeronaves. Há de se levar em consideração também que, nos últimos anos, a Embraer foi uma das principais beneficiárias pelo governo, com a isenção de impostos, financiamentos e benefícios na área da Defesa. Somente o BNDES, financiou entre 2001 e 2016 mais US\$ 14 bilhões em exportações de aviões montados no Brasil. A Embraer também tem preferência nas compras de equipamentos de vigilância de fronteira, na

construção de satélites e na fabricação e manutenção dos novos caças que estão sendo produzidos em parceria com a sueca Saab-Gripen, com transferência de tecnologia. Se a compra da Embraer pela Boeing for efetuada, a fabricante sueca pode rever seu contrato já que a Boeing é concorrente direta da Saab, e a compra coloca em risco os segredos tecnológicos de seu produto. O contrato de cerca de US\$ 5 bilhões, prevê a entrega de 36 aviões até 2024, e a Embraer seria responsável pela produção de 15 aeronaves. Dentro do governo, a Força Aérea Brasileira (FAB) é a principal fonte de resistência aos planos da multinacional. Os militares estão preocupados com a exposição do país, já que a empresa tem diversos convênios com a FAB, e com o desmembramento da Embraer, pois a venda pode deixar no país apenas as divisões de baixa rentabilidade, já que a intenção da Boeing é transformá-la em uma subsidiária, o que inviabilizaria a continuidade das operações.

Jornalista e ex-deputado Carlos Alberto Caó morre aos 76 anos

Faleceu neste domingo (4), aos 76 anos, no Rio de Janeiro, o ex-deputado federal Carlos Alberto Caó de Oliveira (PDT). Jornalista, advogado e um dos grandes militantes do movimento negro brasileiro. Caó era baiano, e como líder estudantil foi presidente da União dos Estudantes da Bahia e vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Foi também foi presidente do Sindicato dos Jornalistas do Município do RJ nos anos 70. Caó foi autor da Lei 7.437/1985, que mudou o texto da Lei Afonso Arinos, de 1951, tornando contravenção penal o preconceito de raça, cor, sexo e estado civil. O texto ficou conhecido como “Lei Caó”. Atuou ainda como secretário de Habitação do primeiro governo Leonel Brizola, quando facilitou a ocupação das favelas com o programa “Cada família, um lote”. Alberto Caó foi deputado federal por dois



mandatos pelo PDT, entre 1983 e 1991. Em 1988, foi responsável pela inclusão na Carta Magna do inciso ao Artigo 5º que tornou racismo crime inafiançável e imprescritível. No ano seguinte, foi autor da Lei 7.716/1989, que regulamentou o texto constitucional determinando a prisão para o crime de preconceito e discriminação por raça ou cor. Artistas, políticos, militantes e diversas outras pessoas lamentaram a morte de Caó nas redes sociais. O deputado constituinte Uldurico Pinto também lamentou a morte de Caó. “Foi um brilhante par-

lamentar que ajudou na elaboração de artigo contra o racismo na magna da nossa nação brasileira. O país está de luto. Um compatriota caiu na luta da história do povo brasileiro”, disse Uldurico. João Jorge, presidente do Olodum, banda percussiva baiana formada por maioria negra e com 38 anos de história, lembrou da época em que a Lei Caó foi colocada em vigor e agradeceu a Carlos Alberto pela luta a favor dos negros. “Obrigado Carlos Alberto Caó Oliveira por tudo e por sua luta. Em 1988 travamos boas batalhas por uma lei com o seu nome”, disse.



Assassinato

O juiz Sergio Moro acertou ao mandar o MPF investigar o assassinato do empresário José Roberto Soares, que testemunhou contra ex-sócio e ex-gerente da Petrobrás preso na operação Lava Jato. Lembrando que José Roberto Soares já foi vice-prefeito ligado ao PT, partido que tem as mãos para lá de sujas no roubo sistêmico à Petrobrás. Beatriz Campos - São Paulo, SP

O direito e o errado

O juiz Sergio Moro receber auxílio moradia, tendo residência fixa e própria há cerca de 3 km de seu local do trabalho, na sede da Justiça Federal aqui em Curitiba, é algo vergonhoso, dado o alto salário que recebe um juiz federal. Que moral, agora, ele tem para acusar políticos e empresários em atos de corrupção e desvios? Pode até ser legal perante a justiça a qual ele integra, mas, aos olhos de nós cidadãos, é sim, uma imoralidade pública! Célio Borba – Curitiba, PR

Nota da Redação: Com todo respeito, leitor: o juiz Moro não acusa. Ele julga, pois essa é a função de um juiz. Segundo, você pode não concordar, é um direito seu. Mas também é um direito do juiz Moro receber o auxílio-moradia, ainda que tendo casa própria no lugar em que trabalha (artigo 65 da Lei da Magistratura). O que não é um direito é o Lula, o Cunha e o Temer receberem propina. Ou o Odebrecht e o Joesley passarem propina para o Lula, o Cunha e o Temer.

Governo corta 42% da verba do CBTU

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) divulgou uma nota nesta segunda-feira (5) informando que o orçamento destinado pelo governo federal à estatal sofreu um corte de 42% em relação ao ano passado. Com o arrocho, o serviço de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, João Pessoa, Maceió e Natal fica ameaçado. A verba destinada para o ano de 2018 é de R\$ 150 milhões, 42% menor que a do ano passado, quando foram aplicados R\$ 260 milhões.

A decisão já reflete no serviço em Belo Horizonte (MG), que só terá recursos assegurados até o mês de junho. Além disso, a companhia começará a notificar empresas prestadoras de serviço sobre a suspensão total ou parcial dos contratos. A partir de 5 de março, o metrô passaria a funcionar somente nos horários de pico, de segunda a sexta-feira: das 5h30 às 8h30 e das 17h30 às 19h30. O comunicado é assinado pelo diretor presidente da CBTU, José Marques de Lima, e direcionado ao presidente do Conselho de Administração da empresa, Pedro Cunto de Almeida Machado. José Lima avisa que, “em função do severo corte promovido pelo governo federal no orçamento dos metrô em 2018, a companhia prepara medidas que afetarão diretamente o emprego de milhares de terceirizados, além de prejudicar os cerca de 210 mil passageiros que utilizam o metrô da capital mineira todos os dias”.

O metrô em Belo Horizonte tem apenas uma linha com 19 estações. De acordo com a CBTU, cerca de 300 viagens são realizadas por dia. Mais de 38 milhões de pessoas são transportadas anualmente pelo metrô na capital mineira.

O presidente do Sindicato dos Metroviários de Belo Horizonte (Sindimetro-BH), Romeu José Machado Neto enfatiza que, para Belo Horizonte, o recurso anual previsto para 2018 não chega a R\$ 56 milhões. “Para se ter uma ideia, no ano passado, o orçamento foi de R\$ 103 milhões só para a capital, e esse valor não foi suficiente”, explicou o sindicalista.

“O corte no orçamento afeta também, diretamente, a compra de diversos tipos de materiais, inclusive peças de reposição para a manutenção de todos os sistemas, que precisam funcionar bem para garantir um serviço eficiente, mas, principalmente, seguro”, alertou o dirigente do Sindimetro RIO GRANDE DO SUL

Sindicatos e estudantes estão marcando protestos contra o reajuste da tarifa da Trensurb que opera o trem da região metropolitana de Porto Alegre, que entrou em vigor no último sábado (3). Com aval do governo federal, o bilhete unitário do trem metropolitano sobe R\$ 1,70, para R\$ 3,30, um reajuste de 94,11%.

O Sindicato dos Metroviários de Porto Alegre denuncia que o aumento da passagem tem a finalidade de tornar a linha atrativa para a privatização da estatal.



Horário será reduzido em Belo Horizonte



Warley Martins, presidente da Cobap Cobap realizará vigília em Brasília contra a PEC 287

Leia abaixo artigo do presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), Warley Martins:

“Os brasileiros estão sendo vítimas do maior festival de mentiras que já ocorreu. Nos últimos tempos tornou-se comum ligar a TV, ouvir o rádio, ler jornais e se deparar com notícias falsas e distorcidas sobre a reforma da Previdência Social.

Na ânsia de aprovar a PEC 287 para fazer “mídia” com os banqueiros, o desesperado Presidente da República virou motivo de piada em todo o mundo.

As participações pagas de Michel Temer nos programas Silvio Santos, Amaury Jr e Ratinho foram desastrosas. Os telespectadores acharam ridículo as entrevistas mal ensaiadas.

Em vão, tentam ludibriar o povo, dizendo que a Previdência vai quebrar e que as mudanças serão boas.

Se o nariz crescesse cada vez que uma mentira fosse contada, certamente, Temer seria mais narigudo que o personagem Pinóquio.

Basta andar na rua ou ler as redes sociais para ver o descontentamento nacional contra a vergonhosa tentativa de aprovar essas medidas. E fato que 71% dos brasileiros são totalmente contra a reforma e, coincidentemente, 70% é o índice de rejeição de Temer.

Após gastar horrores com propinas, liberar emendas e leiloar centenas de cargos aos deputados, o governo tem no máximo 270 votos favoráveis, mas necessita de 308.

Em 2017, a COBAP e as demais entidades irmanadas conseguiram breca a votação da PEC 287.

Em 2018, não vai ser diferente. Juntamente com as federações e algumas entidades representativas dos servidores públicos, estaremos em vigília em Brasília no dia 20 de fevereiro, protestando de frente o Congresso Nacional para ficar de olho e pressionar os deputados.

Espero que mais entidades abracem essa causa e que a participação popular seja numerosa.

Como disse Mahatma Gandhi na luta pela libertação da Índia contra o império inglês: “nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer”.

Volto a pedir que todos continuem a pressionar os parlamentares nas redes sociais. Juntos, e com muito sacrifício, é possível vencermos essa guerra!”



Octavio de Lazari, presidente do banco

Com lucro de R\$ 19 bilhões, presidente do Bradesco defende esfolar trabalhador

Octavio de Lazari Junior, novo presidente do Bradesco, banco que acaba de anunciar um lucro de R\$ 19 bilhões no ano passado, defendeu urgência na aprovação da ‘reforma’ trabalhista, ou seja, no projeto que esfola o trabalhador até a morte para que possa ter acesso a um direito que é dele.

“Não há alternativa, temos que fazê-la. Pode ser que não dê para fazer tudo de uma vez, que seja feito um passinho de cada vez, mas ela precisa ser feita”, disse Lazari Junior, no início desta semana. “Pode ser que não venha exatamente do tamanho que a gente gostaria, mas o importante é que seja dado o primeiro passo”, completou o

presidente do banco que tem muito a ganhar com o fim da previdência pública.

Em plena recessão, com a indústria quebrada, desemprego que atinge mais de 13 milhões de trabalhadores, e falta de investimento público, o Bradesco obteve um lucro de R\$ 19,024 bilhões em 2017, o que representa um aumento de 11%, em comparação com o ano anterior (R\$ 17,121 bilhões). Ver matéria na página 2.

Lazari Junior assume a presidência do banco no lugar do Luiz Carlos Trabuco, que foi o preferido de Dilma Rousseff para assumir o Ministério da Fazenda, após a saída de Guido Mantega da pasta, no final de 2014.



Após a entrega da Carta, juízes lotaram auditório da Câmara dos Deputados



Manifestação no aeroporto de Brasília na chegada dos parlamentares

Trabalhadores recepcionam deputados com manifestação: ‘Se votar reforma, não volta’

Os deputados federais voltaram de recesso nessa segunda-feira (05) e foram recebidos com manifestações contra a reforma da Previdência nos aeroportos de Brasília e do Rio de Janeiro. Com bandeiras, faixas e instrumentos, os manifestantes cantavam “se botar para votar, o Brasil vai parar”.

No aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, o ato foi organizado pela Frente Rio, que aglomera diversos movimentos sociais, e reuniu dezenas de pessoas que panfletaram e deram o recado para os deputados

que partiam para Brasília. “Estamos aqui para convencer os deputados indecisos a votarem contra o texto da reforma, e também para informar a população”, explicou José Carlos Arruda, coordenador da Frente Rio e diretor do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Rio de Janeiro (SindJustiça-RJ).

Já na capital do país, a manifestação foi organizada pelo Fórum de Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e pelo Fórum de Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), e contou

com a presença de diversas outras entidades. Seus integrantes cantavam o mote “se votar, não volta. Ou para a reforma ou paramos o Brasil”.

“Nós deixamos bem claro aos deputados que não concordamos, não queremos a reforma da Previdência. Estamos pressionando os deputados e vamos fazer isso até o dia 19”. A CSP-Conlutas faz parte das mobilizações pela Greve Geral no dia 19 caso a reforma da Previdência vá para votação”, afirmou o diretor da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), David Lobão.



Entidades também defenderam a revogação da ‘reforma’ trabalhista

Plenária nacional dos servidores convoca população à Greve Geral no próximo dia 19

Cerca de 300 dirigentes sindicais se reuniram em reunião ampliada do Fórum Nacional de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate) e do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), nesse final de semana (3 e 4), para discutir a conjuntura política e aprovar o indicativo de Greve Geral no dia 19.

Além disso, as lutas pela revogação da reforma Trabalhista e da Emenda Constitucional 95 (antiga PEC 55, do teto de gastos), também foram colocadas como prioridade.

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do

Brasil (ANFIP), Floriano de Sá Martins, associação que tem desmentido o argumento de Temer sobre o “rombo” na Previdência, esteve presente na reunião e disse que “essa semana a imprensa acusou a ANFIP de adotar contabilidade criativa para provar que não há déficit, mas, na verdade, quem utiliza contabilidade criativa é o governo, nós fazemos o cálculo constitucional”, afirmou.

Durante a discussão, Bráulio Cerqueira, secretário executivo do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical),

argumentou que “gostaria que me demonstrassem quando a retirada de direitos gerou crescimento econômico sustentável. Não precisamos excluir para crescer. É o contrário. Precisamos crescer com inclusão. Isto é possível e necessário para a construção de uma sociedade soberana, mais justa e democrática”, disse.

A reunião também aprovou um calendário para o primeiro semestre de 2018 que inclui a luta pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e Hospitais Públicos, pela Campanha Salarial dos Servidores Públicos Federais e pelos direitos das mulheres.

Cerca de 800 juízes participaram do ato. Uma carta foi entregue à Carmen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal

Mais de 800 juízes, procuradores e promotores realizaram na última quinta-feira, 02, um ato em Brasília em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), contra a reforma da Previdência (PEC nº287/2016) e pela valorização das carreiras. Os juízes entregaram uma carta à presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia, e à procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

A carta foi entregue pelos dirigentes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), que reúne nove entidades do judiciário nacional e foi responsável pela coleta das 18 mil assinaturas de profissionais da área que apoiam o movimento. A data foi escolhida por se tratar da abertura do ano legislativo.

No documento entregue à presidente do Supremo, os juízes denunciaram “o teor predatório da chamada ‘reforma da Previdência’ (a malsinada PEC n. 287/2016, que propõe frustrar abruptamente a condição previdenciária de quem, por décadas, recolheu contribuições sobre a totalidade de seus subsídios, como também a de seus pensionistas)”.

Junta-se a isso, ressaltam as entidades, há uma política de congelamento salarial que insere a categoria numa situação de defasagem desde 2005 – que já chega a 40% em relação ao salário de três anos atrás –, além das “ameaças de novas e iminentes perdas econômicas”, “a quebra histórica da paridade entre ativos e aposentados”, e também os “sistemáticos ataques à imagem” das instituições do legislativo, e que segundo a própria Frentas, estão “não raro perpetrados por interesses pouco republicanos”.

Após o encontro com Carmen Lúcia, a mobilização continuou na Câmara dos Deputados. O auditório Nereu Ramos ficou lotado e mais duas salas de apoio transmitiram a solenidade.

Durante o ato, o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, também reiterou a bandeira da entidade em relação à reforma trabalhista: “muitos magistrados entendem que a reforma atenta contra a Constituição”, afirmou.

Também presente na solenidade na Câmara, o senador Paulo Paim (PT/RS) agradeceu a atuação do Ministério Público (MP) e dos Magistrados na CPI

da Previdência e ressaltou que a Comissão confirmou que a Previdência é superavitária. “A CPI comprovou aquilo que falamos há décadas: a Previdência é superavitária e pode ser exemplo para o mundo”, apontou.

Durante o ato na Câmara, o diretor de Aposentados da Anamatra, Rodnei Doreto, falou em nome de todos os juízes e membros do MP que não estão mais na ativa. “O fato é que nos últimos anos a deterioração dos proventos dos aposentados tem sido especialmente gravosa, pois é a nossa única fonte de rendimentos, não há nada que compense. (...) Parece-me fundamental que se tenham regimes remuneratórios e previdenciários similares a todos os segmentos da Magistratura e do Ministério Público. Jamais teremos a unidade da Magistratura se tivermos três ou quatro regimes diferentes”, criticou.

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e coordenador da Frentas, Roberto Veloso, esteve na entrega do documento e também defendeu que a atividade dos juízes tem sido posta em cheque: “A partir do momento que o Judiciário estiver apegado ao ponto de a atividade do juiz ser criminalizada, a partir do momento que ele não puder determinar investigações nos escritórios de advocacia e, a partir do momento que o seu direito à aposentadoria esteja violado, isso enfraquece o Judiciário, isso dá instabilidade aos juízes. É preciso que a estabilidade não seja perdida”, destacou.

As entidades assinantes do documento consideram que a defasagem salarial nos últimos anos é uma resposta às investigações contra políticos. “Não pode a Suprema Corte, em especial, fechar os olhos para o ignóbil uso da política de remuneração como estratégia de retaliação ao desempenho autônomo, independente e ativo das funções do Poder Judiciário e do Ministério Público”, diz o documento.

Além da Anamatra, Fenaufe e Conamp, compõem a Frentas a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

(AMPDFT), Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (AMAGIS-DF).

Após pressão, Beto Richa paga salários a professores

Após pressão dos professores e funcionários das universidades estaduais do Paraná, o governador Beto Richa pagou na segunda-feira (5) os salários dos servidores de todas as instituições. Durante a manhã, antes da confirmação do pagamento da folha por parte do governo, os professores da universidade Estadual de Maringá (UEM) deflagraram greve contra o calote no pagamento de salários.

Os vencimentos dos docentes estavam atrasados desde o dia 31 de janeiro. O governo paranaense atrasou os salários para forçar as universidades a aderirem a um novo sistema (RH-Meta4), um software, para a gestão de folhas de pagamento. O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá (Sintee-mar) alega que ao aderir ao novo sistema de pagamento a universidade perderá sua autonomia, que é garantida

pela constituição estadual.

De acordo com o presidente do sindicato, José Maria Marques, a pauta de reivindicação era o pagamento dos salários, e a greve poderá ser encerrada na assembleia, que será realizada pela categoria semana. “A única pauta era o recebimento dos salários. Depositando o pagamento dos nossos servidores, nós colocamos fim ao movimento de greve amanhã mesmo”, disse José Maria que prosseguiu: “Continuamos lutando contra o Meta-4 e pela reposição salarial que não tivemos desde 2016. Vencemos a briga mas não a guerra, e vamos continuar a guerra com esse governo que não tem compromisso com o ensino fundamental, médio e superior”, declarou Marques.

Os docentes estão na luta também por reajuste salarial (data-base de 2016 e 2017). A categoria afirma que sofreu perda 11% nos salários, no último período.

Unesco repudia assassinato de jornalistas na Guatemala

Agências das Nações Unidas e o Sindicato dos Jornalistas da Guatemala condenaram o recente assassinato dos comunicadores Laurent Castillo e Alfredo De León, ocorrido nos canaviais de Suchitepéquez, no sul do país. Os dois corpos foram encontrados com as mãos e os pés atados e um tiro na cabeça.

Em comunicado conjunto, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos denunciaram a repetição de uma tragédia anunciada. No ano passado foram assassinados 11 profissionais de imprensa na Guatemala. “É preocupante a situação da liberdade de expressão e da segurança dos jornalistas no país. A democracia se mede também a partir do espaço para exercer um jornalismo livre e independente, assim como a garantia de proteção para os seus profissionais”, frisa o documento.

A entidade dos Jornalistas afirmou que está “indignada e profundamente consternada pelo vil assassinato” e denunciou que os cadáveres foram “achados nos canaviais com sinais de tortura e amordaçados”. Tais práticas, recorda a APG, repetem “os mesmos procedimentos tão conhecidos no conflito armado interno, de perseguição, agressão e assassinato”.

Conforme as organizações de direitos humanos, a deposição do presidente nacionalista Jacob Arbenz, em 1954, por defender a reforma agrária, confrontando, os interesses da multinacional United Fruit “ainda está bastante vivo na memória popular”. Afinal, um golpe militar patrocinado e armado pelos Estados Unidos - com a participação israelense - e os sucessivos marionetes impostos por Washington custaram ao país centro-americano mais de 250 mil mortos e desaparecidos. Há estudos que apontam 400 mil vítimas das matanças, torturas, estupros em massa e mutilações. Atualmente, devido à concentração de terras, 60% da população não recebe sequer os nutrientes mínimos para a manutenção da sua saúde.

Muitos profissionais têm pago caro por auxiliarem a população a refletir sobre os desmandos do governo. Após intensa pressão e mobilização, em meados de janeiro foi detido o deputado oficialista Julio Juárez, acusado de ser o autor intelectual do assassinato dos jornalistas Danilo López, do diário Prensa Libre, e do repórter Federico Salazar, da Rádio Nuevo Mundo, ocorrido em março de 2015.

Mães da Praça de Maio publicam arquivos históricos

Respondendo a ameaças do governo de Mauricio Macri, a Associação das Mães da Praça de Maio publicou recentemente um vídeo com parte do seu arquivo histórico, o maior em matéria de direitos humanos da América Latina. “É um triunfo da memória”, comemorou a entidade.

A publicação ganha ainda mais importância numa semana em que setores do judiciário ordenaram, sem qualquer aviso prévio, que se invadisse a sede da Associação em Buenos Aires. Supostamente a ação policial que ocorreu no dia 31 de janeiro, em pleno recesso judiciário na Argentina, era fazer um inventário dos bens conservados no local.

“Não é uma coleção de sobras ou acumulação de papéis, não é murmúrio de tolos, nem é negócio ou mercadoria”, afirmam as Mães, expondo os documentos, cartas, notas jornalísticas e fotografias que refletem 40 anos de luta. “Isto é o que o governo quer se apropriar. É uma ressonância que vai muito

além do texto, são almas inatingíveis, suspiros, encontros”, sublinha a entidade.

De acordo com Hebe de Bonafini, dirigente da Associação, a perseguição é uma “uma manobra mais”, “uma jogada política” dos que “querem ficar com o arquivo”.

Entre os verdadeiros tesouros guardados pelas Mães se encontram os habeas corpus apresentados na defesa de seus filhos desaparecidos durante a ditadura (1976-1983), até condecorações e presentes recebidos ao longo da jornada. “A empatia da maternidade incompreensível, um rosto alheio, é o que incomoda. É o triunfo da memória e dos abraços terrenos e não tanto, é um eco de consciência, caminho e retorno de futuro, é amor, é vida”, sublinharam.

Frente à pressão do governo para retirar as idosas senhoras do centro da capital argentina, artistas populares começaram a multiplicar a pintura do pano branco, seu símbolo da luta pela verdade e a justiça. “Se querem tirar as Mães da Praça de Maio, elas vão ficar em todas!”, anunciaram

Índia eleva recursos da Saúde para atender população pobre

A Índia está preparando para o ano fiscal de 2018 que se inicia em abril e de 2019 a inclusão no orçamento nacional de recursos para garantir um seguro de saúde para atender 500 milhões das classes menos favorecidas.

O governo prevê que o Estado, depois de aprovado o projeto de lei que está sendo elaborado pelo Ministério das Finanças, financiará o seguro que cobrirá despesas no valor de 500 mil rúpias ou 6.265 euros por pessoa por ano, o que será um grande salto da cobertura de saúde da população pobre da Índia que hoje, segundo informa o Banco Mundial, gasta com saúde 214 euros por ano por pessoa.

O projeto é controverso. Há os que defendem a “austeridade” nos gastos governamentais quando se trata de atender a população pobre, pois não hesitam em defender

que os recursos públicos orçamentários seja dedicado a projetos que enriquecem empresas e bancos no melhor estilo neoliberal, e questionam o governo quanto à fonte de financiamento, ou perguntam: De que parte do orçamento o governo vai retirar os recursos para investir nesse projeto?

Narendra Modi, o primeiro-ministro da Índia, que venceu as últimas eleições com um programa e um discurso conservador, considera o projeto de cobertura de saúde que propõe como o mais importante do mundo, segundo declarou à imprensa em seu país repercutida pelo Le Monde. Serão 500 milhões de pessoas que passarão de zero a alguma atenção em saúde. Não é pouca coisa pra começar, mas os recursos necessários estimados para isso não são tão alarmantes, cerca de 110 bilhões de rúpias ou 1,4 bilhão de euros. R. C.

Peruanos exigem nas ruas a prisão de Fujimori e Kuczynski



Manifestantes lembraram parentes assassinados pela ditadura de Fujimori

“Vamos promover uma nova industrialização na Rússia”, afirma candidato a presidente Grudinin

A eleição presidencial marcada para 18 de março na Rússia está trazendo ao debate as questões econômicas do país que, segundo Pavel Grudinin, candidato do Partido Comunista da Federação Russa, com apoio da Frente de Esquerda e das Forças Patrióticas Nacionais da Rússia, enfrenta uma crise que não é consequência só das sanções da União Europeia e dos Estados Unidos contra o país.

Grudinin, diretor do Sovkhoz Lenin, a maior cooperativa agrícola do país, denunciou que “mais de 1 trilhão de dólares saiu da Rússia ‘por baixo do pano’ nos últimos anos” (matéria pode ser vista em <http://horadopovo.org.br/grudinin-denuncia-que-sangria-de-divisas-estiola-a-economia-russa/>). Ele sublinhou que essa situação que tanto prejudica a economia nacional e a qualidade de vida de seu povo deve ser superada com medidas que confrontem a política do atual governo e com os setores que se beneficiam dela.

“A fonte de financiamento para a nova industrialização da Rússia pode ser o dinheiro dos oligarcas russos retornado das contas offshore abertas por eles no exterior. Claro que eles não farão esse movimento espontaneamente, o governo tem que agir nesse sentido”, disse o candidato, em uma reunião com os trabalhadores da Fábrica de Tubos em Pervouralsk nos Urais, no dia 1.

“É necessário parar de mentir e roubar. E fazer tudo para garantir que o dinheiro permaneça no nosso país”, disse, expondo os principais pontos do seu programa para a eleição, os “20 Passos de



Grudinin propõe “Devolver o poder ao povo” e “desprivatizar os setores estratégicos”.

Pavel Grudinin”. O candidato frisou que “uma Rússia forte não significa só um poder forte, mas antes de tudo empreendimentos fortes, uma indústria forte, uma economia pujante e soberana”.

“Uma Rússia forte são precisamente vocês”, disse Grudinin dirigindo-se aos trabalhadores.

Ele enfatizou que eleito presidente da Federação Russa pretende usar a experiência da Bielorrússia. Lembrou que, na república irmã, a indústria e a agricultura estão se desenvolvendo, qualquer setor da produção pode obter um

empréstimo com juros de 3% ao ano, enquanto os bancos russos oferecem empréstimos a empresas industriais e agrícolas por juros exorbitantes. Pavel Grudinin garantiu que, vencendo as eleições presidenciais, aplicará uma política tarifária que proporcionará investimentos para a indústria e a agricultura que serão a prioridade do orçamento nacional.

A Fábrica em Pervouralsk, com 2800 trabalhadores, é o maior fabricante de tubos de grande diâmetro feitos de aço laminado da Federação Russa.

SUSANA SANTOS

Paraguai: deputada pleiteia anistia para libertar os presos políticos de Curuguaty

A deputada paraguaia Rocio Casco anunciou para as próximas semanas um projeto de lei de Anistia que garanta a imediata libertação dos presos políticos de Curuguaty, “vítimas da corrupção e do tráfico de influência que dirigiram uma condenação anunciada, num julgamento de hipóteses fantasiosas em que as verdadeiras provas desapareceram”.

Em entrevista à rádio Ñanduti, de Assunção, a parlamentar lembrou que “esta é a primeira vez que usamos este expediente na era democrática, pois a direita sempre se utilizou deste tipo de expediente para libertar genocidas, perdoar suas torturas, desaparecimentos e assassinatos”.

No caso de Curuguaty, ressaltou, é importante que a proposta parta da Câmara, que se utilizará da sua atribuição constitucional “para corrigir um erro do qual carrega muita responsabilidade”. Afinal, foi do legislativo que saiu a ordem de “repressão” às famílias acampadas em Marina Kue, Curuguaty, em 15 de junho de 2012. “Foi o deputado Oscar Tuma, destacado pela deputada Olga Ferreira, quem pediu centenas de policiais para que se usasse de toda a força para desalojar. O Congresso ordenou a um ministro uma repressão brutal e selvagem. E ocorreu o massacre. Agora todos terão de assumir suas responsabilidades”, frisou.

Rocio recordou que antes de Curuguaty “havia o rumor de que haveria um enfrentamento” para justificar um golpe de Estado. Assim, foram enviados 324 policiais para a invasão, enquanto menos de 60 sem-terra se encontravam



Deputada Rocio Casco

no local, entre mulheres, idosos e crianças. Do “confronto” causado artificialmente por franco-atiradores, morreram 11 camponeses e seis policiais. Responsabilizado pela campanha de desinformação midiática, o presidente Fernando Lugo foi deposto uma semana depois e as vítimas enviadas à prisão, posteriormente condenadas a até 35 anos.

“Foi o poder político quem condenou os camponeses, em contubernio com o poder judicial. Uma anistia tácita foi feita com os que ocultaram as provas, assim como a quem falsificou testemunho e foi acusar, dizer barbaridades para incriminar os inocentes”. Condenando a completa tendenciosidade da Procuradoria Geral, que tentou encobrir até as execuções extrajudiciais sabidamente ocorridas em Curuguaty, a deputada lembrou que “respondou a um só requerimento, de todas as consultas que fizemos sobre o caso”. “Isso é uma falta grave, porque inclusive constitucionalmente estão obrigados a nos responder dentro de um prazo de 15 dias. E já se

passaram dois anos e meio. Não podem dizer que não tiveram tempo ou pessoal. O pedido foi simplesmente negado. Não veio nada, nem mesmo uma resposta burocrática”, protestou.

Entre os inúmeros atropelos, recordou a deputada, “o Estado responsabilizou criminalmente a uma criança de 11 anos que havia sido vista correndo quando os policiais chegaram”. “Entre as hipóteses levantadas pelo Ministério, a criança estaria dando o sinal para que os camponeses iniciassem o enfrentamento. Imaginem o nível da atrocidade, o quanto foi gasto para imputar uma criança no processo”.

Rocio esclareceu que as versões dos acusadores se chocam com os fatos: “primeiro dizem que realizaram a autópsia dos corpos dos policiais e, logo depois, dizem que não foi feita porque ninguém pediu”. A autópsia determinaria o tipo de armas com que foram assassinados e desmontaria a farsa, uma vez que os camponeses não dispunham de armas de grosso calibre, mas apenas para caçar animais de pequeno porte. “Tudo isso são argumentos para a nossa defesa da anistia”, explicou.

Segundo a deputada, “esta anistia, diferentemente daquela concedida por um presidente, não está baseada exclusivamente na pessoa, mas no desenvolvimento do processo, no contexto dos direitos sociais”. “O fundamental é que a nossa proposta é constitucional, não é uma questão de ingerência, está baseada no princípio do equilíbrio e mútuo controle de poderes”.

LEONARDO W. SEVERO

Denunciado por receber suborno da Odebrecht, o presidente do Peru, Kuczynski, indultou o ex-ditador Fujimori em troca de votos para barrar seu impeachment

Os peruanos já saíram às ruas por cinco vezes em pouco mais de um mês, exigindo que o indulto concedido pelo presidente peruano atual, Pedro Pablo Kuczynski, apelidado de PPK, ao ex-ditador Alberto Fujimori, condenado por crimes de lesa humanidade e corrupção seja revogado e o chefe da chacina e tortura volte para a prisão. O indulto foi concedido em troca dos votos da bancada fujimorista, liderada pelos filhos do ex-ditador, para livrar PPK do impeachment por corrupção, conectada a facilidades para a Odebrecht.

As manifestações ocorrem desde o dia 25 de dezembro do ano passado quando o indulto foi concedido. Do ato, participaram familiares, organizações de direitos humanos e vítimas de Fujimori, que cumpria, desde 2009, uma sentença de 25 anos de prisão.

Os manifestantes, convocados pela organização Assembleia Cidadã, desfilaram pelas ruas de Lima com cartazes com fotos de entes queridos mortos e desaparecidos durante a ditadura fujimorista e faixas pedindo a prisão de Fujimori e também de PPK.

Um grupo de manifestantes desfilou algemado, com máscaras de ex-presidentes peruanos e uniformes de presidiários. Uma das faixas conduzidas no ato dizia “Indulto é insulto”.

PPK, que já foi interrogado por procuradores acerca do escândalo envolvendo a Odebrecht, já é denunciado em outra leva de falcatruas, dessa vez envolvendo concessão de campo de jazida de gás a empresa subsidiária da Shell, associada a empresas do Japão e da Coreia do Sul, a Camisea, a custo zero.

“Este indulto é uma farsa para nós”, declarou durante o ato, Indira Huilca, filha de um sindicalista assassinado pelo Grupo Colina, um esquadrão da morte que operou ao amparo do governo de Fujimori.

A investigação recai sobre pagamentos milionários realizados pela Odebrecht a empresas ligadas a Kuczynski, quando este era presidente do Conselho de Ministros de outro ex-presidente, Alejandro Toledo, que está foragido nos Estados Unidos.

Kuczynski negou, até onde pôde, qualquer vínculo com a empreiteira – centro do propinoduto petista que se espalhou por países latino-americanos – até que a própria Odebrecht decidiu colaborar com a justiça e implicou ao atual presidente.

O presidente ficou exposto quando as reuniões que, enquanto ministro, teve com Jorge Barata, diretor da Odebrecht no Peru e negociador dos subornos no país, vieram a público. Foram cinco encontros de Kuczynski com Barata, quando PPK era presidente do Conselho de Ministros. Meses antes, a Westfield Capital tinha assinado seu primeiro contrato de consultoria com a Odebrecht. No período em que ocorreram essas reuniões foi articulada a licitação fraudulenta para a estrada interoceânica obtida pela Odebrecht, após um suborno de US\$ 5 milhões confessado pela própria empresa. O Conselho de Ministros que PPK presidia aprovou uma série de normas que direcionavam a obra para a construtora, que a obteve em agosto de 2005.

O procurador anti-corrupção, Hamilton Castro, que dirige a investigação sobre os ilícitos da Odebrecht, interrogou a filha de Fujimori, Keiko, durante cinco horas.

Equador: referendo deixa Correa impedido na disputa presidencial

O ex-presidente do Equador, Rafael Correa, está impedido de disputar as eleições presidenciais após derrota no referendo sobre reeleição, realizado no domingo. O movimento foi articulado pelo atual presidente, e ex-aliado, Lenin Moreno. O resultado foi obtido com apoio da oposição ao governo. A partir de agora, presidentes só podem exercer o cargo por dois mandatos.

O fim da reeleição continuada era a pergunta de número dois e indagava se os eleitores concordavam ou não com o fim da reeleição sob a alegação de garantia “do princípio de alternabilidade”, com o “Sim” alcançando 64,24% dos votos, contra 35,76% do “Não”. Até ali, a Constituição de 2015 permitia a reeleição indefinida, sobrepondo a reeleição à alternabilidade por considera-la uma garantia do direito do povo em decidir sobre seu candidato nas eleições.

Correa, que disputou e venceu três eleições para presidente, nos anos de 2006, com 56,67% dos votos, em 2009, com 51,99%, e em 2013, com 57,17%, teve queda drástica de sua influência popular, o que se verificou

na negativa a seu pleito de poder disputar novamente a Presidência.

Contribui para esse resultado, a prisão, e condenação a seis anos de Jorge Glas, por receber propina (US\$ 16 milhões só da Odebrecht). Ele foi o braço direito de Correa durante seu governo, e por esse motivo, se elegeu vice-presidente de Moreno, que também foi vice do governo Correa, que reside atualmente na Bélgica. Ele saiu do país dois meses após deixar o governo, retornando pouco antes do referendo.

Com 73,91% dos votos, foi aprovada a primeira pergunta que determina o impedimento político dos corruptos. O “Sim” foi vitorioso, seja na questão que tratava da reestruturação do Conselho de Participação Cidadã (63,16%), da proibição da prescrição de delitos sexuais contra crianças e adolescentes (73,72%), ou da proibição da mineração metálica em áreas protegidas e centro urbanos (68,79%). A consulta popular, por sua vez, abordou a revogação da lei contra a especulação imobiliária (63,2%) e a redução da área de exploração petrolífera no Parque Nacional Yasuni (67,45%).

Tillerson aqula quartelada na Venezuela

Antes de iniciar uma viagem oficial a vários países da América Latina, o secretário de Estado norte-americano, Rex Tillerson, declarou na quinta-feira, que Washington “continuará pondo pressão” sobre a Venezuela e disse que os militares desse país poderiam se converter em “agentes de mudança”, ou seja, de um golpe militar; o que, segundo ele faria com que o país, “retornasse à Constituição”. As qualificações foram condenadas e qualificadas de agressão pelo Estado venezuelano e a Força Armada Nacional Bolivariana (Fanb).

“Não defendemos uma mudança de regime ou a retirada do governo do presidente Nicolás Maduro. Defendemos que eles retornem à Constituição. Na história da Venezuela, como na história de outros países da América Latina, muitas vezes são os militares que lidam com isso”, disse Tillerson, voltando a incentivar o golpismo, em um evento na Universidade do Texas.

Os governos da região, apesar de vários não serem exem-

plares defensores da soberania e autodeterminação, não compraram a sugestão e rechaçaram a ideia, defendendo uma solução dentro da democracia e da solução gestada pelos venezuelanos para restabelecer a ordem na Venezuela.

“A crescente presença russa na região também causa preocupação, ela continua vendendo armas e equipamentos militares aos regimes inamistosos, que não respeitam valores democráticos como nós. A nossa região deve resistir às forças distantes, que possuem outros valores”, declarou ainda Tillerson na Universidade do Texas em Austin.

O secretário de Estado iniciou sua viagem indo para o México, na sexta, onde o secretário de Relações Exteriores, Luis Videgaray, disse que não respaldará nenhuma opção que incite o uso da violência interna ou externa para solucionar a crise da Venezuela.

No domingo, dia 4, o engenheirista esteve na Argentina, e visita ainda Colômbia, Jamaica e Peru.

Pelo Mundo

CAIO REARTE*

EUA: espionagem e desdém pelas leis

Os políticos dos EUA podem ter acesso a inteligência de diversas agências. “Inteligência” quer dizer um relatório, feito por analistas profissionais, baseado em informações coletadas de várias fontes. Além das fontes abertas, como jornais, rádio, TV, Internet, palestras, artigos, etc. as informações são complementadas pelo que eles chamam de “coleta clandestina”, ou seja, escutas ou espões que obtém informações secretamente.

Nisso, já dá pra perceber um desdém pelas leis e pela soberania local - são legítimas para os EUA fontes de informações que violam leis do país onde a informação foi coletada.

Mas além disso, eles são capazes de subverter a ordem social de um país, caso consigam fazer isso em segredo. Foi assim nas dezenas de países em que a CIA promoveu “mudanças de regime” ou golpes de estado (Irã, Guatemala, Itália, Grécia, Chile, Bolívia, Brasil).

Ou seja, nem “passivamente” - na coleta de informações - nem “ativamente” - nas operações de mudança de regime - os EUA se importam com a soberania nacional. E como Snowden revelou, nem um país considerado grande aliado, como a Alemanha, na qual os EUA possui dezenas de bases militares, escapa da vigilância e da tentativa de controle.

Isso é totalmente incompatível com a mensagem de “farol da democracia” que os EUA propagam. Mas totalmente compatível com um país que se vê como dono do mundo, como o superpoder, o império mundial.

**Caio Rearte é colaborador do HP e editor do blog caiorearte.blogspot.com Twitter:caiorearte2*

Kim Yong Nam chefia delegação da Coreia Popular à Olimpíada no Sul

Neste domingo (4) o governo da República Popular Democrática da Coreia entrou em contato com o governo da Coreia do Sul para informar que enviará uma delegação de alto nível do governo da RPDC aos Jogos Olímpicos de Inverno.

A Delegação será composta por três altos membros do governo chefiada por Kim Yong Nam, presidente do Presidium da Assembleia Popular Suprema da RPDC e mais 18 assessores.

O governo sul-coreano acolheu bem a inédita visita de Kim Yong Nam, disseram autoridades de Seul nesta segunda-feira (5), que participará da cerimônia de abertura dos Jogos no dia 9 de fevereiro. “A visita de Kim mostra a determinação da RPDC em impulsionar a melhora das relações intercoreanas assim como o sucesso das olimpíadas. Kim Yong Nam é o mais alto e graduado político norte-coreano a cruzar a fronteira e visitar a Coreia do Sul desde o final da Guerra da Coreia em 1953. Isso criará várias oportunidades para um diálogo de alto nível”, afirmou um funcionário do governo sul-coreano.

O máximo líder norte-coreano não tem medido esforços para estimular o diálogo entre o Norte e o Sul no sentido da Reunificação pacífica e independente do país. Foi sua a proposta de enviar uma delegação da RPDC aos Jogos Olímpicos e a propor o diálogo entre os coreanos.

Mas o presidente dos EUA, Donald Trump, não desiste de manter as pressões e sanções contra a RPDC e neste momento em que se realizam os Jogos e retoma-se o diálogo entre os coreanos ele já prepara a retomada das tensões e o recuo ao diálogo pressionando o governo sul-coreano a realizar logo após os Jogos mais manobras militares na fronteira com a RPDC.

Durante uma reunião com desertores da RPDC na sexta-feira Trump foi obrigado a reconhecer que “apesar da situação muito complicada a participação da Coreia do Norte na Olimpíada pode resultar em algo bom”. Ao mesmo tempo a Casa Branca diz que Mike Pence, vice-presidente dos EUA aproveitará a oportunidade para

mostrar que Pyongyang quer “sequestrar” os Jogos como uma campanha de propaganda pró-RPDC.

Denunciando as manobras de Trump, o Ministro das Relações Exteriores da RPDC, Ri Yong Ho, enviou uma carta ao Secretário Geral do Conselho de Segurança da ONU em que afirma que “Os bons resultados alcançados nas conversações Norte-Sul realizadas por nossa benigna iniciativa infundem alegria a todos os compatriotas coreanos e se cria uma atmosfera para a melhora das relações bilaterais.

“As autoridades estadunidenses tergiveram a opinião pública argumentando que tal negociação é resultado de suas sanções e pressões inauditas. Enquanto o Norte e o Sul da Coreia registram uma página da paz mediante conversações, tentam agravar intencionalmente a situação com a introdução de artefatos bélicos estratégicos como a frota de porta-aviões nucleares e outros bens estratégicos nos mares próximos à Península Coreana.

“O atual incremento das forças armadas para o ataque nuclear preventivo contra nossa República em vista de seu caráter, conteúdo, número de efetivos e armamentos serve de fator para frear a reconciliação entre Norte e Sul e leva a uma fase perigosa imprevisível para a situação coreana.

“Os EUA manifestaram abertamente sua decisão de fazer um simulacro militar conjunto de grande envergadura contra a RPDC depois dos Jogos Olímpicos de Inverno. Todo o mundo reconhece o fato de que cada vez que se realizaram tais manobras militares conjuntas se viram ameaçadas a paz e a segurança na Península Coreana e chegaram ao clímax a desconfiança e o confronto entre Norte e Sul criando-se grandes dificuldades e obstáculos para as conversações retomadas agora depois de grandes esforços.

“Se o recente ambiente para a melhora dos vínculos intercoreanos e a distensão forem perturbados devido a maquinações do império norte-americano este não poderá evitar de ser responsabilizado por isso” segue e finaliza a carta.

ROSANITA CAMPOS

Inquérito sobre e-mails de Hillary pode afundar mais o ‘Russiagate’



NBC contrata o ex-diretor da CIA John Brennan e cria o ‘jornalismo sem verdade’

“Notícias” direto da CIA, anuncia a NBC

O ex-diretor da CIA, John Brennan, foi contratado como “comentarista” pela rede de tevê NBC e MSNBC. Brennan, que chefiou a agência de 2013 até o início de 2017, no governo Obama, estreou no domingo (4), no programa Meet the Press, com Chuck Todd. A contratação ocorre em meio ao escândalo do uso das agências de espionagem em prol da campanha Hillary, nas eleições de 2016 e da fabricação do “Russiagate”.

A RT se divertiu, lembrando que o fato de Brennan ter sido flagrado em 2014 mentindo para a jornalista da NBC Andrea Mitchell sobre as tentativas da CIA de frustrar uma investigação do Comitê de Inteligência do Senado sobre o uso da tortura pela agência, invadindo os computadores,

aparentemente não contou contra sua contratação.

Glenn Greenwald, do The Intercept, sarcasticamente registrou que era isso mesmo que estava faltando na NBC: “a visão da CIA”. “Para que ter Ken Dilanian [o “jornalista” que até então servia de conduto para a CIA] quando você pode obter isso diretamente da boca do cavalo a pretexto de ‘notícias’?”

Ele também ridicularizou o costume da NBC de chamar a RT e também a Fox de “tevês estatais” enquanto contrata diretores da CIA e generais como seus “analistas de notícias”.

A mentira de Brennan sobre a invasão de computadores do Senado para tentar esconder a tortura em larga escala cometida pela CIA naturalmente não foi

a única. Em 2011, Brennan asseverou que as dezenas de ataques de drones dos EUA no exterior “não tinham matado um só civil”. Na sua primeira aparição como novo porta-voz da CIA na tevê, Brennan tentou desclassificar o Memorando Nunes, acusando-o de “excepcionalmente partidário”.

Documentos internos do Pentágono a que o New York Times teve acesso em 2008 descreviam o uso de ex-oficiais militares e da inteligência nas salas de redação, durante o governo de W. Bush, para moldar a cobertura da “guerra ao terror”. Ali estes eram referidos como “multiplicadores” que poderiam entregar mensagens do governo, “sob a forma de suas próprias opiniões” – o que se deu principalmente na CNN, NBC e Fox News.

Suíça e EUA são os países mais corruptos do mundo, afirma a Rede de Justiça Fiscal

A Suíça é o país mais corrupto do mundo, seguido pelos EUA, afirma o relatório “Índice de Sigilo Financeiro” (Financial Secrecy Index), de janeiro de 2018. A estatística, elaborada e divulgada a cada dois anos pela rede internacional e independente Rede de Justiça Fiscal (Tax Justice Network-TJN), classifica os países de acordo com a proteção institucional dada a quem lava dinheiro e evade divisas. O seu cálculo é baseado no grau de sigilo financeiro levando-se em consideração a participação de cada país na evasão financeira em escala mundial.

“A Suíça é o avô dos paraísos fiscais do mundo, um dos maiores centros financeiros offshore e uma das maiores jurisdições entre os paraísos fiscais”, afirma o relatório. Para Alex Cobham, um dos executivos da TJN, “a publicação de 2018 confirma

a imagem de que os países mais ricos e poderosos continuam representando os maiores riscos globais, com Suíça e EUA estabelecidos como os principais facilitadores de fluxos financeiros ilícitos”.

O índice de sigilo financeiro de 2018 avaliou 112 países levando em consideração a 20 indicadores do grau de sigilo das operações financeiras em cada país, a exemplo dos dados sobre lavagem de dinheiro, corrupção e evasão fiscal. A Suíça, por exemplo, não só manteve o primeiro lugar entre os países mais corruptos do ranking, como aumentou seu pontuação: passou de 1.466,1 pontos no ranking de sigilo financeiro, em 2015, para 1.589,57, em 2018. Embora sua contribuição para a evasão de divisas globais tenha caído de 5,625% para 4,5%, o grau

de sigilo de suas operações financeiras aumentou de 73% para 76% - onde 0% representa total transparência e 100% total sigilo.

Os EUA estão encostando na Suíça e alcançaram o segundo lugar do ranking em 2018, com 1.298,47 pontos - em 2015, ocupavam o terceiro lugar, com 1.254,7 pontos. Embora tenham mantido o sigilo de suas operações financeiras no patamar de 60%, tanto para o ano de 2015 quanto para o ano de 2018, sua participação no montante mundial de evasão de divisas subiu de 19,603%, em 2015, para 22,3%, em 2018. Em 2013 os EUA ocupavam o sexto lugar.

Ilhas Cayman, Hong Kong, Singapura, Luxemburgo, Alemanha, Taiwan, Emirados Árabes e Guernsey, nessa ordem, completam as dez primeiras posições da lista dos mais corruptos. G.C.

Quando o inspetor-geral do Departamento de Justiça, Michael Horowitz, concluir o inquérito que investiga Hillary, haverá “mais munição” contra a lenda da interferência russa na eleição dos EUA afirmando o memorando.

O New York Times admitiu que a desmoralização do “Russiagate” – a cínica chicana contra a Rússia por ‘interferir nas eleições’ – poderá ter “mais munição nas próximas semanas” quando o inspetor-geral do Departamento de Justiça, Michael Horowitz, concluir o inquérito que investiga o tratamento dado pelo FBI ao “Emailgate” de Hillary Clinton e que trouxe à luz mensagens de texto entre dois funcionários do FBI [Peter Strzok e Lisa Page], que trabalharam nos dois casos, com “intensa aversão pelo sr. Trump”.

Na sexta-feira passada, a publicação, pelo comitê de Inteligência da Câmara, do memorando que leva o nome do presidente do comitê, Devin Nunes, desferiu um golpe demolidor na farsa do “Russiagate” e revelou as digitais de Hillary. O ‘Memorando Nunes’ revela o conluio no governo Obama para obter autorização judicial para espionar a campanha de Trump, com base no chamado “dossiê Steele”, ocultando do juiz que este dossiê tinha sido encomendado e pago pela campanha de Hillary à empresa Fusion GPS, que contratou o ex-espião inglês.

A divulgação do memorando foi autorizada por Trump, sob protestos dos democratas, do FBI e do Departamento de Justiça. Altas esferas do FBI e do Departamento de Justiça participaram do esquema e assinaram repetidos pedidos de grampoamento ao tribunal. Conforme o documento, o dossiê de Steele “formou uma parte essencial” para a obtenção em 21 de outubro de 2016 de autorização do Tribunal de Vigilância de Inteligência Estrangeira. O alvo que servia de pretexto para a espionagem da Campanha de Trump era Carter Page, um apagado conselheiro de política externa.

O então diretor do FBI James Comey assinou três pedidos e o vice-diretor Andrew McCabe assinou um. Pelo lado do Departamento de Justiça, assinaram pedidos de grampo a vice-procuradora-geral Sally Yates, Dana Boente e Rod Rosenstein – este, atualmente vice-procurador-geral (vice-ministro) e que supervisiona o investigador especial Robert Muller no “Russiagate”.

Cabeças já começaram a rolar, apesar dos resmungos da mídia amiga dos órgãos de espionagem. McCabe – cuja esposa foi candidata pelos democratas e recebeu dinheiro do governador da Virgínia aliado de Hillary – pediu demissão. Foi ele que em dezembro testemunhou diante do Congresso que nenhum mandato da FISA [o tribunal que libera os grampos] teria sido solicitado sem o dossiê Steele. Também teria sido a ele que os agentes Strzok e Lisa haviam se dirigido em busca de “uma apólice de seguro contra a vitória de Trump”.

Outra cabeça já tombada, Comey – que assinou três pedidos de grampo – testemunhou em junho de 2017 que o dossiê de Steele era “indecente e não verificado”. “Nem o pedido inicial em outubro de 2016 nem nenhuma das renovações revelam ou referem o papel da campanha DNC, Clinton ou qualquer partido/campanha no financiamento dos esforços de Steele, mesmo que as origens políticas do processo Steele fossem conhecidas do DOJ e de funcionários do FBI”,

O tempo todo é ocultado que Steele estava trabalhando para a Fusion GPS ou que a empresa e seu diretor, Glenn Simpson, estavam na folha de pagamento dos democratas. Também o mandado de grampo original cita “extensivamente” um artigo do Yahoo News de Michael Isikoff, de 23 de setembro de 2016, baseado em informações dadas ao jornalista pelo próprio Steele, e ainda na sede da Fusion GPS.

Apesar de bastante curto, quatro páginas, o memorando deixa em frangalhos reputações supostamente ilibadas. O vice-procurador-geral adjunto Bruce Ohr, que em setembro de 2016 se encontrou com Steele, omitiu do tribunal que sua esposa, Nellie, trabalhava na Fusion GPS na época.

O último ponto do documento se refere à investigação da campanha iniciada pelo agente Strzok, em julho de 2016 “com base em informações sobre o conselheiro da campanha Trump, George Papadopoulos”, mas que não conseguiu mostrar alguma “cooperação ou conspiração” entre este e Page.

O NYT assevera que a investigação sobre Papadopoulos foi lançada depois de uma noite de bebedeira em Londres em que teria “relatado ao principal diplomata australiano na Grã-Bretanha” seus contatos com os russos, que teria “passado a informação ao FBI”. Parece bem o modus operandi da CIA, como visto na preparação da Guerra ao Iraque e em outros episódios (“ataque de guerra biológica em 45 minutos”): pede aos “colegas britânicos” um dossiê falso, para ser repercutido na mídia da casa e servir de fachada para seus objetivos sujos. Ou aos australianos e aos suecos.

Ainda o jornal se mostrou preocupado com o “dano a longo prazo da agência” e reproduziu declaração de “Mr. Smith, ex-funcionário da CIA, de que o potencial de danos é extenso, “porque os parceiros da inteligência estrangeiros podem ficar mais relutantes em compartilhar informações com a CIA”. Comentário que é praticamente uma confissão de que foi uma operação da CIA.

HILLARY COMPROU DOSSIÊ

Na precisa síntese do Judicial Watch sobre o “Russiagate”, “Hillary e o Partido Democrata tentam esconder o fato de que eles deram dinheiro à Fusion GPS para criar um dossiê que foi usado por seus aliados no governo Obama para convencer um tribunal de forma equivocada, por todos os aspectos, a espionar a campanha Trump”. Limitações à parte, o que o memorando revela de forma cristalina é que o “Russiagate” foi fabricado pelos setores de inteligência que apoiaram a campanha de Hillary – e ela própria – que tentam deter a decadência dos EUA apostando no cerco e sanções à Rússia, usados como pretexto para os imorais US\$ 1 trilhão de gasto bélico. Com a falsa questão da interferência russa nas eleições transformada na questão central da vida política dos EUA e das relações entre as duas superpotências nucleares, enquanto uma oposição de verdade à desigualdade e à guerra praticamente inexistente no país.

ANTONIO PIMENTA

Ildo Sauer: “governo cria oportunidade para bandidos assaltarem a Eletrobrás”

“Estamos com um déficit político e moral neste momento. Nós estamos destruindo uma base física e material essencial para a vida cooperativa em sociedade com discursos apequenados”

Nada mais imoral do que a queda da liminar que impedia a privatização da Eletrobrás, por parte do ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF)”, afirmou o professor Ildo Sauer, vice-diretor do Instituto de Energia da USP (IEE). Para o professor da USP, é incalculável o prejuízo para o país desta medida insana. “A importância econômica e estratégica da Eletrobrás supera em muito qualquer avaliação”, diz ele. A decisão que barrou a privatização foi tomada pela Justiça Federal de Pernambuco em janeiro. O juiz pernambucano argumentou à época que a medida não tinha urgência (um dos pré-requisitos para a edição de uma medida provisória), alterava de forma “substancial” a configuração do setor elétrico e foi editada “no apagar das luzes” do ano de 2017, sem uma “imprescindível” participação do Congresso.

GOVERNO ILEGÍTIMO

Ildo Sauer citou Roberto Araújo [ex-conselheiro de Furnas], que afirmou que “a geografia brasileira está demarcada pelas bacias hidrográficas”. “Isso é objeto de uma especulação financeira para proteger políticos corruptos e um ataque contra a capacidade de uma sociedade se organizar”, destacou Ildo Sauer. “Esse governo ilegítimo promove uma oportunidade de ouro para os bandidos perpetrarem o assalto”, afirmou.

“Estamos com um déficit político e moral neste momento. Nós estamos destruindo uma base física e material essencial para a vida cooperativa em sociedade com discursos apequenados. O Supremo se apequena quando ele mantém medidas provisórias como esta, que tem um objetivo claro, manifesto de promover o assalto, com cúmplices. Isto é um processamento burocrático legalizado, quando a essência está clara, destruir condições futuras do país e tornar a sociedade refém do interesse financeiro sobre esse recurso natural que são as bacias hidrográficas, redes de transmissão e geração organizadas em torno de objetivos maiores”, acrescentou o especialista.

“Um governo sem reconhecimento popular nenhum, visto com suspeita por todos os lados, acha que pode agora, com a ajuda do STF, destruir um patrimônio cuja origem remonta às lutas do início do século XX para a construção da nação brasileira”, denuncia Ildo. “A Eletrobrás é instrumento essencial para a construção de vários campos da vida. Abastecimento público, irrigação, navegação, controle de cheias, controle de secas, geração de energia elétrica. Imaginem subordinar isso tudo para tentar arrebanhar alguns tostões, num governo que gastou isso para conseguir propinar o Congresso e evitar que ele fosse a juízo no STF. Isto é um assalto revoltante. Por muito menos, a tentativa do controle privado de água para abastecimento público na Bolívia, levou a população a se rebelar, redundando na derrubada dos governos neoliberais”.

“Se houver um mínimo de mobilização e a população for alertada, e tomar ciência do que está em jogo, nós po-



deremos barrar essa medida, inclusive com a ajuda do Congresso, porque até lá está havendo resistências à essa medida, em razão de motivos diversos, mas de qualquer maneira há resistência”, avaliou Ildo Sauer.

Segundo o professor, são dois os focos. “O primeiro são as distribuidoras que eram, digamos assim, o ‘patinho feio’ do setor elétrico. As distribuidoras dos estados mais pobres, que tinham baixa rentabilidade por uma série de motivos. Não precisava ser assim, mas assim era. E as mais rentáveis, que foram privatizadas. Começou com a CELG, a Light, Eletropaulo, CPFL. Na época do neoliberalismo de FHC, os governadores vendiam suas empresas de distribuição. O Rio Grande do Sul repartiu seu sistema elétrico em três partes, vendeu duas e ficou com a menos rentável”, explicou.

“Na medida em que as distribuidoras foram federalizadas, a instrumentalização política se aprofundou. Ninguém faz isso. A gestão tem que ser feita com planejamento. Basta organizar com tecnologia e gestão e tudo funciona. Esse sistema foi construído no fim do século XIX e tornou-se vital para todas as sociedades que têm modo de vida urbano industrial. O que eles consideram como ‘patinho feio’, que é o sistema de distribuição, apresentou uma série de problemas causados pelas instrumentalizações, resultado das alianças dos chamados governos de coalizão”, denunciou.

GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

“Na área de geração e transmissão da Eletrobrás, vejam que ironia, o governo quer cobrar uma conta de um ressarcimento das geradoras e transmissoras, que, pelos cálculos da ANEEL, pode chegar a R\$ 90 bilhões. Isso foi criado pela incapacidade, pela inépcia total, voluntarismo e tudo que é adjetivo de péssima gestão pública, que se aplica à senhora Rousseff que, com a medida provisória 579, levou o caos ao sistema, sob o pretexto de tentar reduzir tarifas em 2012. Ela fez isso porque viu que a bonança dos grandes preços internacionais tinha acabado. Eles tinham favorecido os investimentos privados e os grandes “consumidores livres”, em detrimento das geradoras públicas, desde o primeiro dia do governo Lula”, relatou Ildo Sauer.

“A senhora Rousseff comandou isso. Ela tentou, num golpe de mágica, fazer vencer as concessões de linhas de transmissão e dos sistemas de geração para reduzir a tarifa. Da geração de energia hidráulica e da transmissão pública, enquanto que as privadas continuavam com tarifas altíssimas”, denunciou. “A tarifa líquida, descontados os impostos e taxas para as geradoras federais, oscilava de R\$ 7 a R\$ 12 o KWh enquanto os geradores privados, con-



tratados em leilões, geravam energia a R\$ 200, podendo chegar a R\$ 230 e, em alguns casos chegava a R\$ 1000 o KWh. Esses donos dessas empresas, empresários, investidores, que eram tratados com muito carinho e pão de ló, faziam parte da coalizão”, prosseguiu o professor.

HISTÓRICO

Ildo Sauer fez um histórico do que representa a Eletrobrás para o Brasil.

“Desde as grandes mudanças na produção urbana e industrial, que se seguiu à era do carvão, houve uma bifurcação em duas grandes vertentes. Uma do petróleo e a outra da eletricidade. A eletricidade estava no centro das grandes mudanças no modo de produzir e organizar a vida”, disse o especialista. “No Brasil isso foi objeto de uma luta encarniçada logo que isso foi revelado como algo interessante. Quando se viu que o capitalismo conseguia, de maneira extremamente veloz, propagar os ganhos de produtividade, com a eletricidade e o petróleo. As duas vertentes eram, uma da produção de energia elétrica para a indústria e a produção, e a outra, o aparato de consumo como automóveis, a linha branca, motores, etc. Note que grande parte do salto da produtividade pós século XIX se deu por conta disso”, prosseguiu Ildo.

CÓDIGO DE ÁGUAS

“Em 1906”, conta ele, “Alfredo Valadão, que era um especialista brasileiro, andou pelo mundo e foi ver como esse debate se desenrolava em vários países, e trouxe para o Brasil uma proposta de um Código de Águas. Em 1889, a concessão já havia ocorrido para o grupo canadense Light no Distrito Federal (Rio) e São Paulo. A americana American and Foreign Power (AM-FORP) foi para o Rio Grande do Sul e o interior de São Paulo. Então eles já estavam de olho. Se você olha os livros do Catulo Branco, o prefácio de seu livro, feito pelo Barbosa Lima Sobrinho, ‘O Capital Estrangeiro e Energia Elétrica no Brasil’, você vai ver que essa luta vem de longe”.

“Não é de agora que há um embate muito forte em torno da apropriação dos benefícios econômicos que o controle sobre o monopólio da distribuição e transmissão e, de outro

“Com a medida provisória 579, a senhora Rousseff levou o caos ao sistema, sob o pretexto de tentar reduzir tarifas em 2012. Ela fez isso porque viu que a bonança dos grandes preços internacionais tinha acabado. Eles tinham favorecido os investimentos privados e os grandes “consumidores livres”, em detrimento das geradoras públicas, desde o primeiro dia do governo Lula”, afirmou o professor Ildo Sauer (foto), vice-diretor do Instituto de Energia da USP

lado, a geração mais barata – porque as empresas eram integradas até os anos 70 porque não havia como separar – trazia de agilidade. Por isso havia monopólios de energia regionais”, explicou Sauer.

“O projeto de lei de Alfredo Valadão foi obstruído por esses interesses. Miguel Reale, essa turma toda, que eram os grandes juristas, advogados da Light em São Paulo, entraram na briga. Tudo isso estava ancorado nessa luta, que agora tem novas caras, novos fardamentos e novos uniformes, mas a disputa continua igual”, disse Ildo Sauer. “Quem se beneficia com o controle sobre os potenciais hidráulicos, quem controla os monopólios da transmissão e da distribuição elétrica para dela extrair excedente econômico? Esta é a luta. Mal ou bem há uma margem enorme entre o custo e o valor que a energia elétrica, assim como o petróleo, tem para a sociedade. Então tomar um naco disso está na base da disputa e o Congresso Nacional foi instrumentalizado”, apontou.

GETÚLIO VARGAS

“O projeto de lei de Alfredo Valadão, do Código de Águas, que foi apresentado em 1906 na Câmara, nunca foi votado. Entrou em vigor porque o Getúlio Vargas fez um decreto-lei em 1934 implantando o Código de Águas, que foi um avanço extraordinário”, contou. “Da mesma forma, quando a água passou a ter controle público, as multinacionais que já tinham se instalado no Brasil não queriam a Eletrobrás, porque ela ia ser, não só uma organizadora das usinas, como da cadeia produtiva inteira”, denunciou.

“A ideia é que a Eletrobrás produzisse turbinas, máquinas e equipamentos. O cartel da indústria elétrica mun-

dial, criado formalmente em 1936, com a Westhinhouse, a Siemens, GE e outras – que dividiu o mundo – impediu o surgimento da Eletrobrás, que confrontava seus interesses. Ela não passou no pacote do segundo governo Vargas. A Petrobrás conseguiu ser aprovada nesta época, mas a Eletrobrás não. Ela só foi ser criada no governo Jango”, salientou. “Foi uma grande herança que o Goulart deixou para o país”, assinalou Sauer.

SISTEMA INTEGRADO

Ildo enfatizou que “por essas lutas encarniçadas do passado é clara a relevância de um sistema integrado, um dos únicos do mundo, que integra as bacias hidrográficas”. “As linhas de transmissão fazem com que, de uma certa forma, a água fluísse de um lado para outro. O sistema elétrico brasileiro é interligado. Isso foi feito no governo Sarney, que ligou o Norte-Nordeste com o sistema Sul-Sudeste-Centroeste. Eu fiz isso nos gasodutos alguns anos depois, inspirado no mesmo modelo”, disse.

“Então, controlar o recurso hídrico, as usinas hidrelétricas, é fundamental. Desde o código de águas, ditado pelo decreto-lei de Vargas, criado por inspiração nos estudos de Alfredo Valadão, estava claro que a água era a base da construção, um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade que viria a se urbanizar e se industrializar”, frisou. “A água tem um papel fundamental, não só para gerar energia mas, acima de tudo, para o abastecimento público, para a navegação, para a irrigação, enfim, a todo um conjunto de benefícios que, quando a água é gerida de maneira cooperativa, ela deixa, inclusive no sistema capitalista”, acrescentou Ildo.

“Os EUA não privatizaram

a TVA (Tennessee Valley Authority), criada no governo Roosevelt, para arrancar da miséria o sul afligido profundamente pela herança escravagista e pela discriminação. A Tennesse Vale continua federal. Ninguém questiona, não tem prazo de concessão. Ela é operada em benefício da economia e da sociedade para garantir navegação, garantir controle de cheias e secas, tanto lá como cá e geração de energia”, relata o especialista.

PRIVATIZAÇÃO

“Privatizar a Eletrobrás por uma bagatela, com números que nem se sabe se vão obter – porque eles querem fazer aumento de capital – é um absurdo. Isto é, vão diluir as ações do governo, entregando tudo, com a promessa da tal da Golden Share, que existe na Embraer e que nunca serviu para muita coisa na prática. Porque, na hora H, os grandes interesses econômicos, que querem alterar a natureza, por exemplo da Embraer, prevalecem.

“Desde a década de 70, a Eletrobrás vem sofrendo os ataques dos grupos representados por ACM, Imbassy, etc. O sonho de FHC era privatizar, nós resistimos e não deixamos. A Dilma não privatizou o CNPJ, mas privatizou os benefícios que a energia podia gerar, fazendo uma mudança legislativa que obrigava as geradoras da Eletrobrás e suas subsidiárias, como a Eletronorte – esta última foi criada com inspiração na CVA, para ser uma agência de desenvolvimento da Amazônia – a vender abaixo do preço”, denunciou.

Todas as empresas do sistema operavam de maneira cooperativa, integradas, junto com as grandes estaduais. Por que foi feito isso? Para ganhar escala, capacidade tecnológica e financeira, integrar. A Eletrobrás era isso, um consórcio. A Petrobrás era uma para cumprir o seu papel nacional e internacional, a Eletrobrás era um sistema integrado, cooperativo das públicas estaduais. A Holding Eletrobrás era uma grande organizadora do planejamento, da operação. Porque, para você operar a água, manter os reservatórios, ter uma otimização de longo prazo para que o custo seja o menor possível, tem que haver cooperação. Afinal, este setor é um grande monopólio natural. Neste setor a cooperação é muito mais importante do que a competição. Na prática, onde se deu a competição nesse setor, na Colômbia e na Califórnia, por exemplo, o resultado foi desastroso”, avaliou.

“Por tudo isso eu digo que todas as privatizações feitas nos últimos governos, incluindo a MP da Dilma e os leilões como os de Libra e todos os demais, devem ser revistos por um governo legítimo que venha a existir no país”, disse Ildo Sauer. “Aviso aos cúmplices do assalto que querem se locupletar, como o próprio governo da Noruega, que veio se apoderar de reservas aqui do pré-sal. Essa advertência tem que ser dada a todo e qualquer grupo nacional ou estrangeiro, que se acumplice com esse governo”, afirmou. “Vão ter que devolver o que levaram. É como o assaltante que se aproveita de uma orfandade de uma família que perde pai e mãe e os tutores assaltam os herdeiros menores de idade para lhes tomar todos os bens que ficaram”, disse. “Nenhuma ilegitimidade suprema dessas vai se legitimar por liminares, de quem quer seja”, concluiu Sauer.

SÉRGIO CRUZ